

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de maio de 2021 às 07h50
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

ABPI

STF derruba regra de lei que permite a prorrogação de prazos de patentes 5
ECONOMIA | RAFAEL MORAES MOURA

Desenho Industrial

Negociação irá além do limite da OMC 7
INTERNACIONAL | BEATRIZ BULLA

Marco regulatório | INPI

Patentes no Supremo 9
ECONOMIA

Patentes

Prós e contras da quebra dos registros para economia global 10
INTERNACIONAL

Patentes

'Decisão do Supremo acaba com privilégios' 11
ECONOMIA | RENÉE PEREIRA

Patentes

França e Rússia apoiam suspensão de patente de vacinas; Brasil avalia adesão 13
INTERNACIONAL

Patentes

Suspensão teria pouco impacto na produção brasileira 15
INTERNACIONAL

Terra - Notícias | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Negociação sobre quebra de patente de vacinas pode levar meses, dizem especialistas 16
MUNDO

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Após apoio dos EUA sobre quebra de patente, mundo discute próximo passo sobre vacinação contra covid 18
GERAL | REDAÇÃO | O ESTADO DE S.PAULO

06 de maio de 2021 | Patentes

Indústria farmacêutica cobra Biden por seu apoio à quebra de patentes 20
GERAL | REDAÇÃO | O ESTADO DE S.PAULO

O Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Patentes	22
-----------------------	----

ECONOMIA | IVAN MARTÍNEZ-VARGAS | GABRIEL SHINOHARA

Patentes

Vera Magalhães	24
-----------------------------	----

VERA MAGALHÃES | VERA MAGALHÃES

Patentes

Efeito Biden	26
---------------------------	----

MUNDO | ELIANE OLIVEIRA

Patentes

Apoio de Biden à quebra de patentes de vacinas isola ainda mais o Brasil	28
---	----

OPINIÃO O GLOBO

Entidades

Farmacêuticas se opõem a decisão do governo dos EUA	29
--	----

MUNDO | ANA ROSA ALVES

Folha de S.Paulo | BR

Patentes

É quase impossível copiar vacinas sem apoio de laboratórios, diz ministro	31
--	----

SAÚDE | WASHINGTON LUIZ

Patentes

Brasil não descarta mudar de posição sobre tema na OMC	33
---	----

SAÚDE | PATRÍCIA CAMPOS MELLO | ANA ESTELA DE SOUSA PINTO

Patentes

Reinaldo Azevedo	35
-------------------------------	----

REINALDO AZEVEDO | REINALDO AZEVEDO

Carta Capital Online | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Suspensão de patentes: o Brasil precisa se preparar para uma nova fase na produção mundial de vacinas	37
--	----

Correiobraziliense.com.br | BR

06 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

Apesar da decisão, o julgamento ainda não terminou. Na próxima quarta-feira (12), os ministros devem decidir o alcance da decisão, a chamada modulação de efeitos	39
--	----

AGÊNCIA BRASIL

06 de maio de 2021 | Patentes

Ouvido na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Carlos Alberto França defendeu que o Brasil preserve os acordos com investidores e exportadores de vacina, e disse que negociações para quebra de patente podem ser demoradas e não tão vantajosas para o país	40
--	----

LUIZ CALCAGNO

Exame.com | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Sou contra quebra de patentes de vacinas, diz Queiroga à CPI da Covid 42
ESTADÃO CONTEÚDO

UOL Notícias | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Governo alemão quer que patentes de vacinas anticovid continuem protegidas 44
AFP

06 de maio de 2021 | Patentes

BioNTech diz que quebra de patentes não aumenta produção de vacinas 45
AFP

Consultor Jurídico | BR

06 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

Fim da extensão de patentes amplia acesso a remédios baratos, dizem advogados 46
CONSULTOR JURÍDICO

Jornal do Senado | DF

06 de maio de 2021 | Patentes

Paim pede urgência da Câmara na votação da quebra de patentes 49

Blog Branding, Consumo e Negócios - Exame.com | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Quebra de patentes pode reduzir desigualdades e ampliar acesso a vacinas 50
ESTADÃO CONTEÚDO

CNN Brasil Online | BR

06 de maio de 2021 | Patentes

Sem quebra de patentes, pandemia pode se arrastar por anos, diz especialista 52

Jota Info | DF

06 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

STF declara inconstitucional trecho da LPI que permite extensão do prazo de patentes 54

Migalhas | BR

06 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

"Sei como se sente", diz Barroso a Marco Aurélio sobre voto vencido 57

STF derruba regra de lei que permite a prorrogação de prazos de patentes

ECONOMIA



Propriedade intelectual. Decisão foi tomada por 9 votos a 2, só Fux e Barroso foram contra medida; Tribunal ainda deve esclarecer se fim do prazo ampliado atinge **patentes** farmacêuticas já prorrogadas e que estão em vigência há mais de 20 anos, como sugere Toffoli

Rafael Moraes Moura

BRASÍLIA

Por 9 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem derrubar uma norma que permite a prorrogação do prazo de patentes concedidas pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**). Ao analisar uma ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) que contesta a Lei de Propriedade Industrial, o Supremo firmou um entendimento que deve levar à redução do prazo de patentes, afetando a indústria como um todo, especialmente o setor farmacêutico, químico e de **biotecnologia**.

Os ministros ainda precisam definir a partir de quando deve ser implantado esse entendimento. Na próxima quarta-feira, o plenário deve esclarecer se o fim do prazo esticado atinge inclusive patentes farmacêuticas que já foram prorrogadas e estão em vigência há mais de 20 anos, como defende o relator do caso, Dias Toffoli.

Em vigor desde 1996, a Lei de Propriedade Industrial prevê que as **patentes** têm prazo de 15 anos a 20 anos, tempo contado a partir da data do pedido (depósito) feito ao **Inpi**. Depois desse período, podem ser feitas versões genéricas de medicamentos, equipamentos e outras invenções livremente.

A polêmica gira em torno de uma regra da mesma lei que determina que o prazo de vigência da **patente** não será inferior a dez anos, no caso de invenções, e de sete anos para modelos de utilidade (atualizações de algo já existente), prazo contado a partir de outro marco temporal: a concessão da **patente** pelo **Inpi**. Como não há prazo para o instituto conceder a **patente**, não há como saber quando a proteção cairá. Muitas invenções acabam protegidas para além de duas décadas, prazo padrão no resto do mundo.

"O exercício do direito de propriedade industrial não pode se transmutar em abuso do poder", observou o ministro Edson Fachin. "O consumidor não pode ser indefinidamente vinculado aos preços e disponibilidade dos produtos definidos pelo detentor do monopólio, sem perspectiva de quando terá acesso a novas possibilidades daquele produto." Saúde. Em um longo voto, Toffoli defendeu o entendimento de que, de agora em diante, não se pode mais prorrogar o prazo das **patentes** para nenhum produto em nenhuma hipótese.

Ou seja: o prazo de vigência das patentes deve ficar limitado ao período de 20 anos a partir do depósito feito no **Inpi**.

Toffoli, no entanto, avalia que a decisão do Supremo deve retroagir nos casos de produtos farmacêuticos e equipamentos de saúde, considerando as bilionárias despesas do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliadas em um momento de pandemia.

Continuação: STF derruba regra de lei que permite a prorrogação de prazos de patentes

Dessa forma, para ele, somente nos casos da área de saúde, o relator quer que caia a patente que já tenha sido prorrogada.

Esse ponto que pode atingir um total de 3.435 patentes ainda precisa ser esclarecido pelo plenário.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), entre 2008 e 2014, a quase totalidade dos produtos farmacêuticos tiveram as patentes estendidas por um prazo superior a 20 anos. De acordo com o TCU, a exploração protegida pela patente de produtos farmacêuticos dura, em média, 23 anos.

Risco. Apenas o presidente do STF, Luiz Fux, e o ministro Luís Roberto Barroso defenderam a manutenção da norma que prevê a prorrogação das patentes.

"Contratos serão rompidos, investidores serão pegos de surpresa com essa declaração de inconstitucionalidade (do trecho da lei)", frisou Fux.

Para a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos), o entendimento da Corte corrige "distorção histórica" e deve permitir a ampliação do acesso a medicamentos no País. "As empresas terão segurança jurídica para planejar com antecedência o lançamento de genéricos e biossimilares a partir do vencimento das patentes", disse a presidente da PróGenéricos, Telma Salles.

Em nota, a Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**) lamentou a decisão. Para a entidade, mudança no dispositivo deve gerar insegurança jurídica sobre o tema: "A **ABPI** sente-se na obrigação de alertar, no entanto, que a eliminação deste dispositivo em vigor há mais de 25 anos poderá gerar insegurança jurídica e desestímulo à inovação no País." / COLABOROU WESLEY GONSALVES

Negociação irá além do limite da OMC

INTERNACIONAL

Decisão dos EUA de suspender patentes de vacinas estimulará setor privado e países a fecharem acordos pontuais sobre imunizantes

Beatriz Bulla

CORRESPONDENTE / WASHINGTON

A mudança de posição dos EUA sobre as **patentes** de vacinas contra covid-19, anunciada nesta semana, pode ter efeitos que extrapolam os limites das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Para especialistas que acompanham a disputa, a Casa Branca tenta pressionar farmacêuticas a multiplicar os acordos de **transferência** de tecnologia para produção de imunizantes em outros países, antes mesmo de um consenso multilateral.

Assessores do presidente Joe Biden dizem que abrir mão dos direitos de propriedade intelectual na OMC pode levar "alguns meses", pois a medida exige concordância entre todos os membros, de acordo com as regras do organismo. O efeito imediato, porém, é o estímulo ao setor privado e a outros países para fechar acordos pontuais.

"Há duas negociações paralelas agora. Uma pública e uma privada, feita nos bastidores", afirma Simon Lester, diretor de estudos sobre política comercial do Cato Institute. Lester, que trabalhou no órgão de apelações da OMC, afirma que a discussão mais eficaz deve ser a que estará fora dos holofotes e do organismo multilateral.

"Na OMC, os EUA trabalharão nas próximas semanas ou meses para ver se todos os países chegam a um consenso. Ao mesmo tempo, os americanos negociarão com a indústria farmacêutica para que o setor privado concorde com licenciamento de tecnologia para outras fábricas, para produzir a vacina em outros países", afirma.

As farmacêuticas já têm feito acordos para licenciar a fabricação de imunizantes em outras nações. E o caso da parceria da AstraZeneca, por exemplo, com o Instituto Serum, na Índia. A nova posição dos americanos é entendida pelo especialista como um ultimato para intensificar esse tipo de contrato e ampliar a produção dos imunizantes.

A negociação com as farmacêuticas pode ser mais rápida

fora da OMC - e mais benéfica para as empresas. A renúncia dos direitos de propriedade intelectual, da forma como é discutida na proposta de Índia e África do Sul, inclui questões de Copyright e **desenho** industrial, além da **quebra** de patentes. O texto é, portanto, mais abrangente.

"Talvez esse consenso na OMC só seja atingido na reunião ministerial em novembro", afirma Renata Amaral, especialista em comércio internacional e professora da American University.

Um dia após anunciar a revisão no posicionamento, a Casa Branca disse que a discussão entre países sobre o assunto deve levar "muitos meses". "Parece uma jogada mais alta do governo Biden para conseguir negociar ações pontuais. O consenso multilateral é muito difícil de ser alcançado. E, mesmo se nos surpreendermos e isso for para frente na OMC, não sabemos como seria implementado na prática." Diplomatas de países que

não apoiam a **quebra** de patentes, como os europeus, se queixaram da falta de alinhamento dos americanos. Eles dizem ter sido pegos de surpresa. Segundo assessores da Casa Branca, foi o próprio Biden quem bateu o martelo.

"Os EUA sinalizaram que as empresas precisam ser receptivas ao discutir um acordo, caso contrário podem ver a renúncia dos direitos de propriedade in-

Continuação: Negociação irá além do limite da OMC

telectual aprovada na OMC - e elas não querem isso", afirma Lester. "Os americanos enviaram uma mensagem. Estão dizendo à indústria farmacêutica: 'Não vamos mais fazer tudo o que vocês quiserem'. E isso torna a indústria farmacêutica um pouco mais disposta a fazer concessões."

Avaliação

"Parece uma jogada mais alta do governo Biden para conseguir negociar ações pontuais. O consenso multilateral é muito difícil de ser alcançado"

Renata Amaral PROFESSORA DA AMERICAN UNIVERSITY

Patentes no Supremo

ECONOMIA

PERGUNTAS & RESPOSTAS

1.O que está sendo julgado? Desde a semana passada, o STF analisa uma ação movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que contesta a prorrogação de patentes prevista na Lei de Propriedade Industrial (LPI).

2.Qual a principal questão? Atualmente, as patentes têm prazo de 15 anos a 20 anos, tempo contado a partir da data do pedido (depósito) feito ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**).

No entanto, a mesma legislação possui uma regra que permite que esse prazo seja esticado. Um dispositivo prevê que a vigência da **patente** não será inferior a dez anos, no caso de invenções, e de sete anos para modelos de utilidade, prazo contado a partir de outro marco temporal: a concessão da **patente**. Como não há prazo para que o instituto conceda a **patente**, não há como saber quando a proteção cairá à muitas duram mais de 20 anos.

3.O que ficou decidido? Por 9 a 2, os ministros do STF entenderam que a prorrogação das patentes viola a Constituição e ou seja, o prazo máximo da proteção deve ser de 20 anos, a partir do depósito feito ao **Inpi**.

4.O que falta decidir? Por conta da pandemia do novo coronavírus, o relator do caso, Dias Toffoli, quer que a decisão do STF tenha efeitos retroativos, atingindo as patentes do setor farmacêutico que já foram prorrogadas (com vigência superior a 20 anos). Esse ponto pode afetar mais de 3,4 mil patentes, mas ainda está em aberto.

5.Se a decisão retroagir, quais medicamentos podem ser afetados? Segundo a PGR, há pelo menos 74 medicamentos que tiveram o prazo de patente prorrogado e podem ser atingidos com o julgamento do STF, dentre os quais fórmulas para tratamento de neoplasias, HIV, diabetes e hepatites virais. Há também uma fórmula fabricada por um laboratório japonês (favipiravir) que pode auxiliar no combate à covid-19

Prós e contras da quebra dos registros para economia global

INTERNACIONAL

ANÁLISE: Vladimir Kühl Teles

O apoio dos EUA à proposta da Índia e da África do Sul na OMC para a renúncia a diferentes direitos de proteção intelectual, entre eles as patentes das vacinas, visa permitir um aumento da produção e da competição nesse mercado, reduzindo seu preço. Se isso ocorrer, teríamos um término mais breve da pandemia no mundo.

Mas, uma vez que os EUA já vacinaram uma proporção expressiva de sua população e já têm garantidas as doses para vacinar todos em poucos meses, por que se importam tanto com os demais países a ponto de impor perdas a sua indústria farmacêutica? A explicação passa pelos ganhos indiretos que sua economia teria.

A retomada da economia americana, após a vacinação em massa, está sendo freada pela quebra de cadeias global. À medida que os americanos voltaram à atividade e desejam consumir, a produção ainda depende de insumos que não estão à disposição. É como se a economia estivesse sofrendo de um choque de oferta negativo que produz uma pressão inflacionária e recessiva sobre os EUA.

A **quebra** de patentes, ao promover a vacinação nos demais países, poderia acelerar a retomada do crescimento da economia mundial, uma vez que os países não precisariam mais impor medidas restritivas à mo-

bilidade, consumo e trabalho a seus cidadãos.

No Brasil, o efeito da quebra de cadeias globais também é sentido. A fatia das empresas que apontou escassez de matérias-primas em abril, na sondagem da FGV-Ibre, atingiu 25%, um recorde histórico. Ao mesmo tempo, ao se realizar um exercício de decomposição da inflação, observamos que a queda de estoques tem sido a maior responsável pela pressão inflacionária. Assim, o Brasil tem seu crescimento potencial limitado pelo mesmo choque negativo de oferta.

Infelizmente, porém, nem todos os efeitos esperados são positivos. As consequências de longo prazo podem ser temerárias.

Como é amplamente documentado na literatura acadêmica, o investimento em pesquisa e inovação depende fortemente do ganho esperado com o novo bem produzido, que está ligado à preservação de **patentes**. Portanto, quebra de registros pode gerar uma perda de ganho para inovações, reduzindo investimentos em pesquisa no momento que enfrentarmos novas pandemias, o que parece não ser um evento tão improvável, infelizmente.

*PROFESSOR DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), DA ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO (EESP) E EX-SECRETÁRIO ADJUNTO DE POLÍTICA ECONÔMICA

'Decisão do Supremo acaba com privilégios'

ECONOMIA

ENTREVISTA

Eloísa Machado, professora da FGV Direito/SP

Para professora da FGV Direito, estender o prazo de patentes é uma extravagância 'sem parâmetro no mundo'

Renée Pereira

A professora de Direito Constitucional da FGV Direito/SP, Eloísa Machado, considerou acertada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a extensão dos prazos de patentes para além dos 15 ou 20 anos. Ela destaca que, pela decisão de ontem, ficou claro que essa medida é inconstitucional. Ao contrário daqueles que pregam que o julgamento vai restringir a inovação e investimentos, Eloísa afirma que a decisão é apenas a volta à normalidade. "Esse tipo de proteção extravagante é uma coisa que não tem parâmetro no mundo." A seguir, trechos da entrevista.

O que ficou decidido ontem e o que ainda precisa ser julgado? A decisão de ontem declarou o parágrafo único do artigo 40 inconstitucional. Mas o tribunal ainda não definiu o impacto dessa declaração. Pela lei, há efeitos retroativos. O que significa dizer que qualquer extensão de patente que esteja em vigor para além dos 15 anos ou 20 anos de proteção será cassada. Mas já se desenha no STF uma tentativa de modulação desses efeitos. Ou seja, quando olhar para o passado, fazer com que apenas as extensões de patentes do setor de saúde sejam cassadas. Os demais setores, como informática e agronegócios (sementes), não seriam afetados. Mas, independentemente do setor, daqui para frente não poderão ser concedidas novas extensões.

O que representa essa decisão? É a primeira vez que o STF decide sobre a constitucionalidade de alguns artigos da lei de propriedade industrial frente ao que a

Constituição prevê em relação ao tema. É um julgamento muito importante. O principal motor dos votos dos ministros foi o impacto que essas patentes têm em relação ao preço e ao acesso aos medicamentos. Isso pode ter impacto em novas decisões uma vez que há outras ações em tramitação no STF sobre o assunto.

Há outros pedidos pendentes? Sim. A judicialização de medicamentos de alto custo traz esse argumento de patentes assim, como a inconstitucionalidade das patentes pipeline, que retiram medicamentos que já estavam em domínio público. O debate que pega essa interface do direito à saúde, do preço do medicamento e da patente que está presente em algumas outras ações no STF teve uma sinalização muito forte no sentido de que o tribunal está atento aos prejuízos que um desequilíbrio nessa proteção indevida pode acarretar ao acesso a saúde.

A decisão pode provocar desincentivo à inovação e evasão de investimentos? Não acredito nisso. Não estamos falando de flexibilidade ou **quebra** de patente. Estamos falando de um retorno à normalidade à patente, de que o prazo além dos 20 anos é inconstitucional. Mesmo assim, os setores mobilizam esses argumentos de que qualquer mudança vai promover um desincentivo. Isso não é verdadeiro.

Além disso, há um amplo diagnóstico global que se preocupa com a falta de inovação em várias áreas, sobretudo para doenças que assolam países pobres, justamente por não ser um sistema capaz de gerar uma inovação como havia sido prometida. O diagnóstico é que talvez se tenha dado muito privilégio de inovação em troca de pouca inovação. É um sistema em crise, um sistema que passa por muitos debates de revisão global. É uma pena que os setores produtivos se mostrem tão resistentes em pensar formas de encontrar saídas sobretudo quando a pandemia escancara as falhas tão graves desse sistema.

Continuação: 'Decisão do Supremo acaba com privilégios'

Então a decisão não provoca insegurança jurídica? Não. Estamos falando de uma adequação da legislação ao que a Constituição diz e uma adequação aos parâmetros internacionais. Esse tipo de proteção extravagante (20 anos mais 10) é uma coisa que não tem parâmetro no mundo. Estamos falando de empresas que exploraram por 20 anos essas invenções e **patentes** e querem ter direito a mais 10, sendo que é inconstitucional. Podem desejar ser exclusivos e mo-

nopolistas pelo resto da existência, mas esse não é o sistema que lidamos, que é um sistema de competitividade, concorrência e livre iniciativa.

Grandes setores e indústrias que enriqueceram ilícitamente baseado numa regra inconstitucional não estão muito felizes. Queriam manter esse privilégio mais um pouquinho.

França e Rússia apoiam suspensão de patente de vacinas; Brasil avalia adesão

INTERNACIONAL



Chanceler Carlos Alberto de Franco França não descarta mudança de opinião na OMC; ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, é contra a medida porque País não teria condições de produzir imunizantes, segundo ele, mesmo sem barreira a direitos de propriedade intelectual

GENEBRA

Os ativistas comemoraram, as farmacêuticas reclamaram e muitos governos reavaliam o que fazer depois que o presidente dos EUA, Joe Biden, declarou apoio à suspensão de patentes de vacinas contra a covid-19 para acelerar a imunização em países pobres. Ontem, França e Rússia seguiram a posição americana e defenderam a medida. O Brasil, que é contra, admitiu que pode mudar de opinião.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto de Franco França, disse ontem que o governo brasileiro não mudou de posição sobre a **quebra** de patentes na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas não descartou a hipótese.

"Ainda estamos tentando entender a mudança dos EUA sobre a **quebra** de patentes, mas a posição do Brasil não mudou", disse França, durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. "Não tenho amor a nenhuma dessas posições. Mas nada impede que a posição (do Brasil) de hoje seja atualizada amanhã." O ministro

abpi.empauta.com

da Saúde, Marcelo Queiroga, disse ontem ser contra a **quebra** de patentes. Durante depoimento à CPI da Covid, no Senado, ele disse temer que o Brasil não tenha condições de produzir as vacinas, mesmo com a suspensão dos direitos de propriedade intelectual.

"Como nosso programa está calcado em vacinas, como a da Pfizer e da Janssen, isso pode interferir negativamente no aporte de vacinas para o Programa Nacional de Imunização.

Claro que isso é uma opinião inicial. Vi que Biden se manifestou. Isso carece de análise mais detida", afirmou Queiroga.

Em Paris, o presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou ser "totalmente a favor" de liberar patentes, mudando a posição francesa, que até então defendia que a medida desencorajaria a inovação e a pesquisa científica. Para Macron, a prioridade deve ser "a doação de doses" e a "produção de vacinas em colaboração com os países mais pobres".

O presidente russo, Vladimir Putin, também disse ser favorável à **quebra** de patentes. "Estamos ouvindo uma ideia que, em minha opinião, merece atenção: remover completamente as proteções de patentes das vacinas", disse Putin. "A Rússia, é claro, apoia essa abordagem." O apoio de Biden à suspensão das patentes aumentou a pressão sobre governos europeus. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse ontem que o bloco está "pronto para discutir" a proposta.

"No curto prazo, porém, pedimos a todos os países produtores de vacinas que permitam as exportações e evitem medidas que interrompam as cadeias de abastecimento." O maior obstáculo à medida vem da Alemanha. "A sugestão dos EUA tem implicações significativas para a produção de vacinas como um

Continuação: França e Rússia apoiam suspensão de patente de vacinas; Brasil avalia adesão

todo", disse Ulrike Demmer, porta-voz da chanceler Angela Merkel. "Os gargalos são a capacidade de produção e o alto padrão de qualidade, e não as patentes." Segundo o ministro do Exterior da Alemanha, Heiko Maas, o problema da escassez de vacinas exige uma solução rápida que só será alcançada com o aumento da produção. "A discussão sobre a **quebra** de patentes deve demorar um tempo. No curto prazo, para as pessoas que esperam uma vacina agora, isso não ajudará. Por isso, devemos continuar priorizando o aumento da produção e a otimização das cadeias de distribuição." O raciocínio do governo alemão é o mesmo dos laboratórios. De acordo com os fabricantes, as patentes não são um obstáculo para a produção de vacinas. A BioNTech e a alemã Curevac alegam que o problema está na matéria-prima para a produção e pedem o fim das restrições americanas para a exportações de insumos.

"A suspensão das patentes é a resposta mais simples, mas errada para um problema complexo", disse a Federação Internacional de Associações e Fabricantes Farmacêuticos.

"A renúncia de patentes não aumentará a produção nem fornecerá soluções práticas necessárias para combater a crise sanitária global." A indústria tam-

bém argumenta que a flexibilização reduziria os incentivos que impulsionam as inovações. Mas ONGs, ativistas e organizações internacionais discordam. "A suspensão de patentes pode mudar o jogo para a África, desbloqueando milhões de doses e salvando inúmeras vidas", disse o chefe da OMS para a África, Matshidiso Moeti.

A ONG Médicos Sem Fronteiras também elogiou a ideia. "A MSF aplaude a decisão ousada dos EUA de apoiar a renúncia à propriedade intelectual das vacinas neste período de necessidade sem precedentes", afirmou Avril Benoit, diretora da MSF nos EUA. / AP e AFP COM CÉLIA FROUFE, PEDRO CARAMURU, AMANDA PUPO e MATHEUS DE SOUZA

Diálogo

"Não tenho amor a nenhuma dessas posições.

Mas nada impede que a posição (do Brasil) de hoje seja atualizada amanhã" Carlos Alberto de Franco França CHANCELER BRASILEIRO

Suspensão teria pouco impacto na produção brasileira

INTERNACIONAL

País precisaria de nova linha de fabricação, o que paralisaria o produzido agora, pois não há espaço ocioso nas plantas atuais

Roberta Jansen / RIO

O histórico anúncio do governo de Joe Biden de apoio à quebra temporária de **patentes** das vacinas contra a covid-19 não deve trazer nenhum benefício imediato ao Brasil. O País não tem capacidade de produção instalada para a fabricação de imunizantes como os da Pfizer e da Moderna, feitos a partir do RNA. Mas especialistas concordam que a decisão dos EUA pode ser importante no longo prazo, até como estímulo ao investimento em novas tecnologias.

No Brasil, apenas duas instituições teriam capacidade técnica para incorporar novas tecnologias de imunizantes e desenvolvê-las no País: o Instituto Butantan, em São Paulo, e a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio; atualmente envolvidos na produção da Coronavac e da vacina de OxfordAstraZeneca, respectivamente.

Uma nova linha de fabricação demandaria a suspensão da atual produção, pois não há espaço ocioso nas plantas.

Além disso, a incorporação de novas tecnologias não é algo simples. Um bom exemplo é a fabricação da própria vacina de Oxford-AstraZeneca, baseada na tecnologia de vetor viral, nunca antes produzida por

aqui. A Fiocruz levou meses para adaptar uma planta à nova produção e, até agora, ainda não começou a produzir o Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) em larga escala.

Países como a China e a Índia teriam maior capacidade de incorporar novas tecnologias e começar a produzir imunizantes em massa com mais agilidade.

Ainda que essa produção extra possa, em tese, nos beneficiar, continuaremos dependentes da capacidade diplomática do governo de Jair Bolsonaro de fechar acordos com esses países.

"No curto prazo, não há benefício imediato para nós na **quebra** de patentes, porque não temos um parque tecnológico para produção em massa", resumiu o imunologista André Báfica, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). "No médio e longo prazos pode ser bem interessante, desde que esteja atrelada à criação de um parque tecnológico capaz de desafogar Butantan e Fiocruz." O uso do RNA mensageiro para a produção de imunizantes é considerado a principal tecnologia moderna para a fabricação de vacinas. Dominar essa técnica, que pode ser adaptada para outros imunizantes, é crucial para a autonomia científica de qualquer país. "Do ponto de vista estratégico, é muito importante dominar essa tecnologia", afirmou Báfica. "Tanto é assim que os EUA investiram pesado nisso."

Negociação sobre quebra de patente de vacinas pode levar meses, dizem especialistas

MUNDO



As negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) para quebrar os direitos de propriedade intelectual para vacinas contra a Covid-19 podem levar meses - considerando que seja superada a significativa oposição de alguns dos países membros da entidade, dizem especialistas do setor.

Funcionários pegam ampolas da CoronaVac no centro de produção do Instituto Butantan, em São Paulo 22/01/2021 REUTERS/Amanda Perobelli Foto: Reuters

As conversas provavelmente serão destinadas a uma quebra significativamente mais estreita em escopo e mais curta em duração do que a que foi inicialmente proposta pelos governos da Índia e da África do Sul em outubro do ano passado.

Antes da decisão do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, na quarta-feira, de apoiar negociações pela **quebra** de patentes das vacinas, os dois países confirmaram a intenção de elaborar uma nova proposta após sete meses de oposição.

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, saudou o gesto de Biden na quinta-feira e pediu negociações para iniciar os novos planos assim que possível. "O mundo está assistindo, e pessoas estão

morrendo", acrescentou.

"No mínimo, será por um mês ou dois", disse Clete Willems, ex-autoridade comercial da Casa Branca na gestão Trump e que trabalhou anteriormente na missão comercial norte-americana na OMC em Genebra, sobre qualquer possibilidade de um acordo.

"No momento, não há uma proposta na mesa que quebre o acordo TRIPS simplesmente pelas vacinas", disse Willems em referência ao acordo da OMC sobre Aspectos Comerciais de Direitos de Propriedade Intelectual que guia a transferência de propriedade como os **direitos** autorais de um filme ou especificidades para a manufatura de vacinas.

Um objetivo mais realista pode ser a finalização do acordo a tempo para a próxima conferência ministerial da OMC, marcada para o período entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro, diz Willems, que agora é parceiro comercial do escritório de advocacia Akin Gump em Washington.

Isso daria aos fabricantes de vacinas mais tempo para aumentar a oferta global que poderia ajudar a conter o vírus e aliviar a pressão pela **quebra** de patentes.

A proposta inicial de quebra de direitos de **propriedade** intelectual feita por Índia e África do Sul em outubro do ano passado incluía vacinas, tratamentos, kits de diagnósticos, ventiladores, equipamentos de proteção e outros produtos necessários na batalha contra a pandemia de Covid-19.

A representante comercial dos Estados Unidos (US-TR), Katherine Tai, disse na quarta-feira que irá buscar "negociações baseadas em texto" na quebra da OMC, o processo padrão, embora tedioso, para negociações para acordos comerciais. Os negociadores trocam textos com expressões de suas preferências, e

Continuação: Negociação sobre quebra de patente de vacinas pode levar meses, dizem especialistas

então tentam encontrar um terreno comum, muitas vezes deixando espaços em branco para que diferenças mais espinhosas sejam resolvidas por políticos.

Todos os 164 países-membros da OMC precisam chegar a um consenso em tais decisões, e qualquer integrante pode bloquear um eventual acordo.

"Essas negociações levarão tempo dada a natureza da instituição, que é baseada no consenso, e por conta

da complexidade das questões envolvidas", disse Tai em uma nota que enterrou as expectativas por um acordo rápido.

Embora o apoio de Biden acrescente uma vontade política em selar o acordo, a Alemanha, terra da BioNTech, parceira da Pfizer no desenvolvimento de vacinas, rejeitou na quinta-feira a proposta de **quebra** de patente.

Após apoio dos EUA sobre quebra de patente, mundo discute próximo passo sobre vacinação contra covid

GERAL



Apesar de endosso americano, proposta da Índia e da África do Sul para **quebra** de patentes precisa ser aprovada por unanimidade na OMC; presidente da França também declara seu apoio

GENEBRA - Ativistas aplaudiram, grandes empresas farmacêuticas reclamaram e líderes do governo avaliam os próximos passos, nesta quinta-feira, 6, após o governo de Joe Biden declarar apoio à **quebra** de patentes e outras proteções de vacinas contra a covid-19, que muitos esperam que ajudarão os países mais pobres a obter mais doses e acelerar o fim da pandemia.

O presidente da **França**, **Emmanuel Macron**, afirmou ser "totalmente a favor" de liberar patentes para vacinas anticovid. A declaração de Macron é uma virada de jogo para a França, que até agora vinha se opondo a essa medida, acreditando que poderia de-

sencorajar a inovação e argumentando que as patentes só deveriam ser levantadas como último recurso. No entanto, mesmo com o posicionamento alinhado com os EUA, Macron acrescentou ao depoimento que, a curto prazo deve ser dada prioridade "à doação de doses" e à "produção em colaboração com os países mais pobres".

Também hoje, o presidente russo, **Vladimir Putin**, disse ser favorável à **quebra** de patentes da vacina. A **Rússia** até agora criou **quatro** vacinas contra a covid-19, incluindo a **Sputnik V** e sua versão em dose única Sputnik Light, **aprovada** nesta quinta-feira.

A presidente da Comissão Europeia, **Ursula von der Leyen**, disse que o bloco está "pronto para discutir" a proposta apoiada pelo governo Biden. Ao contrário dos EUA, no entanto, a **União Europeia** permaneceu cautelosa no sentido de expor um posicionamento claro.

"Estamos prontos para discutir como a proposta dos EUA de renúncia à proteção da **propriedade** intelectual para vacinas covid pode ajudar (a acabar com a crise)", disse ela em um discurso por vídeo. "No curto prazo, entretanto, pedimos a todos os países produtores de vacinas que permitam as exportações e evitem medidas que interrompam as cadeias de abastecimento."

A **Alemanha**, a primeira economia do bloco, defendeu as **patentes**, argumentando que "a proteção da **propriedade** intelectual é uma fonte de inovação e deve permanecer assim no futuro", disse o porta-voz do governo.

O posicionamento a ser adotado pelas nações mais ricas, especialmente as da União Europeia, domina as atenções nesse momento, uma vez que decisões na

Continuação: Após apoio dos EUA sobre quebra de patente, mundo discute próximo passo sobre vacinação contra covid

Organização Mundial do Comércio (OMC) devem ocorrer por consenso, podendo qualquer país adiar a resolução.

O ministro das Relações Exteriores do **Brasil**, Carlos Alberto de Franco França, disse nesta quinta-feira, 6, que o governo brasileiro não mudou de posição sobre a proposta de **quebra** de patentes, mas não descartou a hipótese. França afirmou aos parlamentares que, pelo menos por enquanto, o Brasil ainda é mais favorável a uma "terceira via", encabeçada por Chile e Canadá.

Os pronunciamentos ecoam, em maior ou menor intensidade, elementos da posição da indústria farmacêutica global, que insiste que uma solução mais rápida seria os países ricos que têm estoques de vacinas começarem a compartilhá-los com os mais pobres.

A indústria insiste que a produção de vacinas contra o coronavírus é complicada e não pode ser aumentada apenas com a quebra das patentes. Em vez disso, insiste que a redução dos gargalos nas cadeias de abastecimento e a escassez de ingredientes usados nas vacinas são as questões mais urgentes por enquanto.

"A isenção é a resposta simples, mas errada para um problema complexo", disse a **Federação** Internacional de Associações e Fabricantes Farmacêuticos. "A renúncia de patentes de vacinas covid-19 não aumentará a produção nem fornecerá soluções práticas necessárias para combater esta crise de saúde global."

A indústria também diz que uma flexibilização da propriedade intelectual fará mais mal do que bem a longo prazo, ao reduzir os incentivos que levam os inovadores a dar saltos tremendos, como fizeram com as vacinas que foram produzidas em uma velocidade alucinante e sem precedentes para ajudar a combater a **covid-19**.

Mas a sociedade civil, grupos progressistas e instituições internacionais estavam eufóricos com a nova posição do governo Biden, que marca uma reversão quase completa na política dos EUA sob o governo de **Donald Trump**, que criticava tanto a OMC quanto a **Organização** Mundial de Saúde (OMS).

"Uma renúncia de patentes para vacinas e medicamentos contra covid-19 poderia mudar o jogo para a África, desbloqueando milhões de doses de vacina e salvando inúmeras vidas. Louvamos a liderança demonstrada pela África do Sul, Índia e Estados Unidos, e pedimos que outros apoiem eles", tuitou o chefe da OMS para a África, Matshidiso Moeti.

A **Médicos Sem Fronteiras** disse que muitos países de baixa renda onde opera receberam apenas 0,3% do fornecimento global de vacinas contra o coronavírus. "MSF aplaude a decisão ousada do governo dos EUA de apoiar a renúncia à propriedade intelectual das vacinas covid-19 durante este tempo de necessidade global sem precedentes", disse Avril Benoit, diretora executiva da MSF nos Estados Unidos.

Ela disse que qualquer isenção deve ser aplicada não apenas a vacinas, mas a outras inovações médicas para covid-19, incluindo tratamentos para pessoas infectadas e sistemas de teste.

O movimento para apoiar a dispensa de proteções de propriedade intelectual sobre vacinas de acordo com as regras da OMC marcou uma mudança drástica para os **Estados Unidos**, que anteriormente haviam se aliado a muitas outras nações desenvolvidas que se opunham à ideia lançada pela **Índia** e **África do Sul**./ AP E AFP

Redação, O Estado de S.Paulo

Indústria farmacêutica cobra Biden por seu apoio à quebra de patentes

GERAL



Grupo de Pesquisadores e Fabricantes Farmacêuticos dos EUA (PhRMA), associação que inclui fabricantes como AstraZeneca, Pfizer e Johnson & Johnson alerta que a proposta 'vai enfraquecer ainda mais as cadeias de abastecimento'

WASHINGTON - O **surpreendente** apoio do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, à suspensão das patentes das vacinas contra a covid-19 colocou as empresas farmacêuticas em pé de guerra. Elas criticaram nesta quinta-feira, 6, sua iniciativa, considerando que ela **prejudica** a inovação e **não** representa uma solução na luta atual contra a pandemia.

O grupo de Pesquisadores e Fabricantes Farmacêuticos dos EUA (PhRMA), associação que inclui fabricantes como **AstraZeneca, Pfizer e Johnson & Johnson** - fabricantes de vacinas contra a covid-19 - alertou que a proposta "vai enfraquecer ainda mais as cadeias de abastecimento. E vai alimentar a proliferação de vacinas falsas".

abpi.empauta.com

A crítica foi feita em um comunicado do presidente desta organização, Stephen Ubl, que também alertou que a iniciativa "vai semear confusão entre os parceiros públicos e privados".

O jornal *The Wall Street Journal*, referência no mundo dos negócios, publicou nesta quinta-feira um áspero editorial intitulado **O** roubo das patentes de vacinas de Biden no qual questiona: "Quem vai investir em terapias no futuro quando a Casa Branca ajudar os outros governos a roubar?".

Para destacar a complexidade do processo de produção, a Pfizer destacou que sua vacina, desenvolvida com o laboratório alemão BioNTech, requer 280 componentes de 89 fornecedores diferentes localizados em 19 países.

O CEO da Pfizer, Albert Bourla, disse à emissora CNBC esta semana que a proposta a ser discutida na **Organização Mundial do Comércio (OMC)** "não faz sentido" nem fará "nada" para facilitar a fabricação de vacinas em países onde o desenvolvimento "carece da infraestrutura necessária".

Ele também criticou como isso desencorajaria a indústria em futuras pandemias.

Caso à parte é a Moderna, que assegurou nesta quinta-feira que seus negócios não serão afetados por uma eventual suspensão de patentes, embora duvide que a medida, tal como as outras farmacêuticas, possa contribuir para melhorar o fornecimento de doses.

"Nada muda para a Moderna", disse o CEO da empresa, Stéphane Bancel, que lembrou que sua empresa já havia dito em outubro que não forçará o respeito a suas patentes relacionadas à covid-19 durante a pandemia. As críticas das empresas farmacêuticas coincidiram com **novas** quedas nos

Continuação: Indústria farmacêutica cobra Biden por seu apoio à quebra de patentes

mercados de ações. Pelo segundo dia consecutivo, as ações da Pfizer, Moderna, Novavax e Johnson & Johnson, que na quarta-feira já tinham sido atingidas pelas notícias, ficaram novamente no vermelho desde o início do pregão.

Quase metade dos EUA já tomou ao menos uma dose

Índia e África do Sul, apoiadas por dezenas de países em desenvolvimento, pedem à OMC desde outubro a suspensão de patentes de vacinas, testes e tratamentos contra covid-19 para que possam ser produzidos em outros países.

Até agora, os EUA e outros produtores desses medicamentos, como a **União Europeia (UE)**, o **Reino Unido** e a **Suíça**, se opuseram à suspensão de **patentes**, alegando que a propriedade intelectual funciona como um incentivo para o desenvolvimento de vacinas e outros produtos contra esta e futuras pandemias.

Biden finalmente cumpriu sua promessa de campanha de endossar a proposta de retirada das patentes, mas só o fez quando o país já administrou mais de 250 milhões de doses e pretende ter 70% da população de 328,2 milhões vacinada em julho.

A representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos, Katherine Tai, anunciou a posição de Washington na quarta-feira e, embora tenha deixado claro que o governo continua a acreditar "firmemente" na proteção da **propriedade** intelectual, ela insistiu

que esta é uma crise de saúde global e "extraordinárias circunstâncias" exigem medidas extraordinárias".

Enquanto isso, aumenta a desigualdade entre nações pobres e ricas, nas quais as campanhas de vacinação já começarão a beneficiar adolescentes e estão possibilitando o levantamento de parte das restrições.

O G-7 - grupo dos países mais industrializados do mundo - prometeu apoio financeiro ao **sistema** Covax, voltado para nações com menos recursos, mas que entregou apenas 49 milhões de doses para 121 países e territórios, longe da meta de 2 bilhões até 2021.

Até o momento, 1,2 bilhão de doses de vacinas foi administrado no mundo, o que representa apenas 16% da população total, segundo dados compilados pelo projeto Nosso Mundo em Dados da Universidade de Oxford. No entanto, a desigualdade no acesso entre os países é enorme.

Enquanto na Venezuela apenas 0,9% de sua população recebeu pelo menos uma dose, na **África** do Sul, **0,6%**, e no **Irã**, **1,6%**, no caso do **Reino Unido** mais de **76%** de seus habitantes já foram vacinados e na **Espanha** esse número é de **38%**./EFE e AFP

Redação, O Estado de S.Paulo

Patentes

ECONOMIA

PRAZO DE VIGÊNCIA

STF derruba prorrogação automática, considerada inconstitucional

GABRIEL SHINOHARA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem a extensão automática do prazo de vigência de **patentes**. Por nove votos a dois, o plenário declarou inconstitucional a regra que permite prorrogar prazos em caso de demora na análise do pedido no Instituto Nacional da **Propriedade Industrial (INPI)**. O trecho da lei que foi discutido aumentava, na prática, o prazo de proteção dos direitos de invenções por três anos e meio, em média.

A decisão do Supremo atinge todos os setores. Mas somente na próxima quarta-feira, os magistrados vão decidir a partir de que momento a mudança entra em vigor e como ela afetará os segmentos. A partir do voto do relator, Dias Toffoli, a tendência é que seja estabelecido que, no caso dos produtos de saúde, a nova regra seria aplicada de forma imediata. Se isso de fato ocorrer, 3.435 **patentes** de registros farmacêuticos protegidos por essa legislação específica hoje poderiam ser quebradas, segundo dados do **INPI**.

Nesse caso, registros de outras áreas, como telecomunicações, eletroeletrônica e agronegócio, por exemplo, só precisariam seguir a nova regra daqui para frente.

Enquanto o plenário do STF não conclui a avaliação sobre o tema, está em vigor a liminar concedida no mês passado por Toffoli, na qual o magistrado suspendeu especificamente a extensão das patentes para fármacos e equipamentos médicos, após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O julgamento tem amplo interesse para diversos seg-

mentos. Levantamento do escritório de advocacia Licks com base em dados do **INPI** mostra que 46,6% das patentes vigentes no país de diversos setores estão amparadas no dispositivo que prorroga o prazo.

Votaram a favor da derrubada da prorrogação automática os ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello, além de Toffoli, relator da ação. Luís Roberto Barroso e o presidente do STF, Luiz Fux, foram contra.

Pela lei atual, **patentes** de invenções têm duração de 20 anos, contados a partir da data em que o pedido de proteção é registrado no **INPI**. O parágrafo único do artigo 40, no entanto, prevê que a vigência da **patente**, ou seja, o prazo a partir da concessão do **INPI**, não pode ser inferior a dez anos.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Apesar dos avanços, a burocracia do **INPI** pode demorar mais de uma década. Para garantir que a vigência da **patente** tenha no mínimo dez anos, o período de proteção das invenções acaba sendo prorrogado. Esse foi o trecho contestado pela PGR e declarado inconstitucional pelo Supremo.

No relatório, Toffoli usou o exemplo do remédio Vonau Flash, da Universidade de São Paulo (USP), que teve pedido de patente formalizado em 2005 e concedido em 2018. Com a decisão do ministro, a patente está assegurada até 2025, 20 anos após a formalização do pedido. Sem a decisão dele, ela valeria pelo menos até 2028, ou seja, dez anos após a concessão da patente.

Como o problema está relacionado aos gargalos no **INPI**, em seu voto, Toffoli defendeu estabelecer prazo de um ano para que o órgão contrate servidores para compor o quadro de pessoal adequado à demanda.

E recomendou que o órgão priorize a implementação de soluções tecnológicas.

No julgamento, Barroso abriu divergência do entendimento do relator. O ministro defendeu que, nesse caso específico, o Poder Legislativo seria a melhor instância para decidir. Barroso também disse que a solução do caso não é diminuir a exclusividade de quem inventou, mas aumentar a eficiência do **INPI**:

- O Judiciário pode e deve ser pró-ativo quando se trata da proteção de direitos fundamentais e das regras da democracia e deve ser autocontido em tudo mais, em regra geral.

O presidente da Corte, Luiz Fux, foi o último a votar e se juntou ao ministro Barroso na divergência. Com isso, o placar foi de 9 votos pela inconstitucionalidade e 2 contra.

De acordo com Toffoli, o prazo da vigência das patentes é "extraordinariamente" maior no Brasil do que em outros países, o que traz impactos negativos e uma "violação generalizada" de direitos fundamentais sociais:

- O prolongamento arbitrário do privilégio vem em prejuízo do mercado como um todo, proporcionando justamente o que a Constituição buscou reprimir, ou seja, a dominação dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros, aprofundando a desigualdade entre agentes econômicos e transformando o que era justificável e razoável em inconstitucional.

Antes do julgamento, documento assinado por oito ex-ministros da Saúde, estimava que derrubar a prorrogação automática de patentes poderia levar a uma

economia de R\$ 3 bilhões com medicamentos para o SUS. A decisão do STF só estará completa, porém, após definir a modulação, o momento em que o veto entra em vigor.

Gustavo Svensson, diretor jurídico do Grupo NC, dono da farmacêutica EMS, disse concordar com a proposta de Toffoli, de que o fim do prazo extra valeria a partir de agora apenas para medicamentos e equipamentos de saúde. Nos outros setores, como eletrônicos, por exemplo, patentes que se amparam na prorrogação continuariam valendo.

- Concordo com a proposta porque ela atende a todos os segmentos (econômicos), preservando o direito à vida e ao mesmo tempo a segurança jurídica (ao manter a extensão de patentes existentes de setores não relacionados à saúde).

Com a expectativa de que os demais ministros sigam o entendimento, a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (Pró Genéricos) afirma que a mudança permitiria "a ampliação do acesso a medicamentos".

Setores contrários à mudança afirmavam que ela poderia afetar a segurança jurídica e desincentivar a inovação. Para Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o voto de Toffoli preserva o segmento:

- A preocupação era a **quebra** de patentes já concedidas com base no dispositivo legal que foi considerado inconstitucional. O setor não tem do que reclamar. Vamos exigir daqui para frente que o **INPI** tenha performance melhor.

Vera Magalhães

VERA MAGALHÃES

Artigos

Vera Magalhães

O Brasil involuiu 20 anos

O isolamento brasileiro diante da histórica decisão do governo dos Estados Unidos de apoiar a suspensão temporária de patentes de vacinas para Covid-19 é especialmente emblemático porque nos permite fazer um retrato de hoje e de exatos 20 anos atrás, quando vivemos uma epopeia oposta da diplomacia brasileira e cravamos uma das nossas principais vitórias em organismos multilaterais, justamente no tema de patentes para remédios.

Foi em novembro de 2001, ainda sob os escombros do 11 de Setembro, que a mesma OMC, palco da guinada de Joe Biden, aprovou, em sua 4ª Conferência Ministerial realizada em Doha, no Qatar, uma resolução proposta inicialmente pelo Brasil prevendo que, em casos de epidemias, os países-membros da organização poderiam flexibilizar as regras de **patentes** previstas no Acordo de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio e Saúde Pública (conhecido como Trips).

A resolução foi o marco final do que ficou conhecido como "guerra das patentes", uma ofensiva do governo FHC em várias frentes (diplomática, econômica e de comunicação) para pressionar a indústria farmacêutica a baixar preços dos medicamentos que compunham o coquetel anti-Aids, fornecido gratuitamente pelo Ministério da Saúde, ameaçando com a quebra das patentes.

Corta para 2021, quando um desarvorado Itamaraty foi pego totalmente de surpresa pela mudança de posição dos Estados Unidos, que passaram a apoiar a proposta encabeçada pela Índia e pela África do Sul no fim de 2020, e apoiada por mais de 100 países, para a suspensão das patentes de vacinas contra a Co-

vid-19 enquanto durar a pandemia.

Isso ajudaria a aumentar a produção de vacinas e a equalizar sua aplicação no mundo. Dados mostram que mais de 80% das doses aplicadas até hoje se concentram em países ricos.

O Brasil, que nem é rico nem está bem na filada vacinal, achou por bem fincar pé na posição anterior e ver a caravana global passar diante dos seus olhos, com grande possibilidade de até a União Europeia evoluir para acompanhar a posição americana.

Uma coisa era a discussão posta até o anúncio da posição dos Estados Unidos, em que o Congresso brasileiro discutia a quebra das **patentes** em território nacional: essa medida, isoladamente, teria pouco efeito prático, pois nossa capacidade de produção própria de vacinas, como temos visto, é pequena, ainda mais sem **transferência** de tecnologia. Além disso, havia setores fortes da diplomacia defendendo que isso poderia nos criar embaraço com os grandes fabricantes, atrasando ainda mais a chegada de imunizantes ao país.

Mas o cenário muda drasticamente com o apoio da Casa Branca à suspensão temporária das vacinas, ainda mais porque ele levará a uma pressão dos demais países também sobre os Estados Unidos e demais países ricos para a disponibilização imediata do excedente de vacinas que compraram, para a **transferência** de tecnologia a países pobres e para o fim de medidas protecionistas para a exportação de insumos destinados à produção desses imunizantes.

E desesperador que o Brasil opte por ficar falando sozinho diante de uma resolução com tamanho impacto histórico, geopolítico e econômico.

A desorientação demonstrada pela diplomacia brasileira nesse episódio é fruto e sinal do desmonte da política externa promovida pela nuvem de ga-

Continuação: Vera Magalhães

fanhotos bolsonarista. É da mesma cepa dos sucessivos surtos que fazem o presidente insistir em brigar com a China neste momento grave em que dependemos dos chineses para a chegada de insumos para nossas poucas vacinas.

Vinte anos depois de brilharmos nos palcos internacionais com políticas de saúde pública e de di-

plomacia internacional arrojadas e inovadoras, estamos no cantinho da vergonha.

-

Quebra de patentes ajudaria a aumentar a produção de vacinas e a equalizar sua aplicação no mundo

Efeito Biden

MUNDO

Chanceler diz que Brasil pode passar a apoiar suspensão de patentes de vacinas

ELIANE OLIVEIRA

BRASÍLIA

O governo brasileiro poderá mudar sua posição contrária à suspensão de patentes de vacinas contra a Covid-19, desde que o acordo que está sendo costurado na Organização Mundial do Comércio (OMC) atenda aos interesses brasileiros. A afirmação foi feita, ontem, pelo chanceler Carlos França, ao participar de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. França disse que vai discutir o assunto com a representante de Comércio dos Estados Unidos, Katherine Tai, em reunião agendada para o fim da tarde de hoje.

Na última quarta-feira, os EUA - até então contrários à suspensão de patentes - surpreenderam o mundo ao se colocarem a favor da proposta, alegando que há uma crise sanitária global "e as circunstâncias extraordinárias pedem ações extraordinárias". Ontem, a União Europeia (UE) adotou uma postura semelhante, dizendo-se favorável a um debate, embora sua maior economia, a Alemanha, seja contra. Porém, o Brasil e outros países, como Chile, México e Canadá, defendiam a chamada "terceira via", um acordo entre laboratórios e países com capacidade de produção para aumentar o acesso de todas as nações aos imunizantes.

- Nada impede que a posição que o Executivo [o governo brasileiro] tem hoje seja atualizada amanhã, se nessa atualização estiverem refletidos os mais legítimos interesses do Brasil - afirmou o chanceler.

TRÊS POSIÇÕES NA OMC

Ele afirmou que o Brasil não está isolado. Destacou que, até a decisão dos EUA, havia três posições na

OMC. A primeira, defendida pelos americanos e os europeus, era absolutamente contra a **quebra** de patentes. Uma outra, apresentada por Índia e África do Sul, previa a suspensão para todo e qualquer produto relacionado à doença. A outra, com apoio do governo brasileiro, seria a terceira via.

- A flexibilização dos dois lados pode permitir a busca por um consenso, mas as negociações podem demorar algum tempo, não serão concluídas amanhã - afirmou.

Para justificar a posição brasileira, França argumentou que o maior gargalo hoje, para o acesso aos imunizantes, são os limites materiais da capacidade de produção. Ele ressaltou que os países de menor desenvolvimento relativo já poderiam, dentro das normas do atual acordo sobre propriedade intelectual da OMC, quebrar individualmente as **patentes** de vacinas contra a Covid-19, mas nem por isso têm conseguido assegurar suprimentos de imunizantes.

- Vacinas são quase impossíveis de copiar, a curto ou médio prazo, sem o apoio dos laboratórios que as desenvolveram, mesmo com o auxílio da patente - disse França.

O chanceler ressaltou que o Acordo Trips da OMC, que trata dos direitos de **propriedade** intelectual relacionados ao comércio, e a própria lei brasileira já permitem o licenciamento compulsório de **patentes** de forma ágil e adequada, sem qualquer ruptura de compromissos internacionais.

França salientou que a possibilidade de o Brasil flexibilizar sua posição na esfera multilateral não significa que o governo brasileiro vai apoiar um projeto de lei, aprovado na semana passada no Senado, que agiliza a **quebra** de patentes de vacinas contra a Covid-19 dentro do país. O texto prevê que a chamada licença compulsória temporária poderá ser concedida

Continuação: Efeito Biden

se o titular da patente "não atender às necessidades de emergência nacional ou de interesse público" ou de estado de calamidade pública nacional.

Por sua vez, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse ontem que a UE "está pronta" para se juntar às discussões sobre a suspensão de patentes. Pressionada, Von der Leyen não disse com todas as palavras que apoia a iniciativa do governo de Joe Biden, mas afirmou que o bloco está disposto a debater "quaisquer propostas referentes à crise de uma maneira efetiva e pragmática".

- E por isso que nós estamos prontos a discutir como a proposta americana de uma suspensão da propriedade intelectual das vacinas contra a Covid-19 pode ajudar a atingir esse objetivo - disse ela, em discurso no Instituto da Universidade Europeia, em Florença, na Itália, prosseguindo com uma estocada no protecionismo dos EUA, que desde o ano passado proibiram a exportação de vacinas e insumos. - A curto prazo, no entanto, pedimos que todos os países produtores de vacinas permitam exportações e evitem medidas que prejudiquem a cadeia de produção.

FRANÇA VS ALEMANHA

O assunto, contudo, é motivo de discórdia dentro da

UE. Enquanto o presidente francês, Emmanuel Macron, disse ser "totalmente a favor" da suspensão das patentes, apesar de suas dúvidas sobre a eficácia da medida, a Alemanha adotou posição contrária.

"A proteção da **propriedade** intelectual é uma fonte de inovação e deve continuar assim no futuro", disse o governo da chanceler Angela Merkel, em comunicado. A BioNTech, que produz uma vacina já aprovada por dezenas de países em parceria com a Pfizer, é uma empresa alemã. Ainda não há doses desenvolvidas por companhias francesas no mercado.

Os EUA disseram que negociarão uma nova proposta na OMC. Para ser aprovado, qualquer novo acordo precisa do apoio unânime dos 164 membros da OMC.

Após a decisão de Biden, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse que apoia a suspensão das patentes e pediu que o Kremlin avalie a possibilidade. A Chancelaria chinesa, por sua vez, disse que "espera ter discussões ativas e construtivas" sobre o assunto para chegar a um "acordo igualitário". Tanto a Rússia como a China produzem vacinas anti-Covid. (Com agências internacionais)

Apoio de Biden à quebra de patentes de vacinas isola ainda mais o Brasil

OPINIÃO O GLOBO

Decisão sensata diante da emergência da pandemia revela equívoco da posição brasileira

É sensata a decisão de Joe Biden de abrir mão das **patentes** de vacinas diante da emergência sanitária. É do próprio interesse americano que a maior quantidade possível de pessoas seja imunizada no mundo. Quanto mais fábricas houver produzindo vacinas, melhor para todos. Os Estados Unidos promovem, com o gesto, uma mudança histórica na posição acerca do direito de propriedade intelectual, que rejeitava qualquer licenciamento compulsório (artifício usado para disseminar a produção de remédios essenciais a custo mais baixo).

Não está em questão que o respeito à **propriedade** intelectual seja essencial para estimular investimentos em pesquisa e inovação. A tragédia da Covid-19, porém, não é um fato qualquer. Como declarou a representante de Comércio da Casa Branca, Katherine Tai, "tempos e circunstâncias extraordinários exigem medidas extraordinárias".

A mudança de posição americana tem peso enorme, mas haverá um período de conversas para o alinhamento entre os vários países. Será preciso esperar os desdobramentos do sinal verde ao licenciamento compulsório, que precisa de apoio unânime na Organização Mundial do Comércio (OMC).

E inegável que se trata de uma vitória diplomática de África do Sul e Índia, países que lideram na OMC a defesa da quebra temporária de patentes das vacinas. Sofreram a esperada oposição dos Estados Unidos - e a inesperada oposição do Brasil. Sem deter qualquer direito sobre alguma vacina contra Covid-19 e dis-

pondo de ampla capacidade fabril para produzi-las de posse da patente, o Brasil se opôs nos foros internacionais à licença compulsória. Nunca se entendeu direito por quê.

Tradicionalmente, o Brasil defendia posição oposta. Em 2001, levou à Assembléia Mundial de Saúde uma proposta, contrária aos Estados Unidos, para a **quebra** de patentes de medicamentos contra a Aids como direito humano fundamental, defendida pelo então ministro da Saúde, José Serra. Sob intensa pressão, os americanos recuaram, e a proposta foi aprovada.

A legislação de propriedade intelectual brasileira, de 1996, já previa o licenciamento compulsório de medicamentos essenciais de uso amplo, para aumentar a produção a preços acessíveis. Depois, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo pelo qual os americanos seriam avisados com antecedência sobre a **quebra** de patentes das farmacêuticas sediadas no país. Aquele passo permitiu que passássemos a executar uma política pública exemplar de distribuição de medicamentos contra o HIV.

Diante da decisão americana, o chanceler Carlos Alberto França afirmou no Senado que a posição do Brasil, pelo menos por enquanto, continua a mesma, sob o argumento de que mudá-la prejudicaria contratos já firmados para fornecimento de vacinas. E um argumento frágil, já que as farmacêuticas também fornecem a indianos e sul-africanos. Independentemente disso, o episódio deixa claro como a inépcia do Itamaraty sob Bolsonaro tirou o protagonismo do Brasil.

Farmacêuticas se opõem a decisão do governo dos EUA

MUNDO

Empresas veem ações caírem após mudança de postura da Casa Branca esquentar debate sobre suspensão de patentes de vacinas

ANA ROSA ALVES

A decisão do governo dos EUA de apoiar a suspensão das patentes das vacinas contra a Covid-19 foi mal recebida por uma indústria farmacêutica que viu suas ações despencarem após o anúncio de quarta-feira. Para a indústria, a quebra das patentes não é um passo importante para aumentar a disponibilidade de doses, como argumentam pesquisadores, e desestimulará a inovação científica.

O diretor da Pfizer, Albert Bourla, disse ontem não ser "nem um pouco" a favor da iniciativa discutida na Organização Mundial do Comércio (OMC). No início da semana, a farmacêutica americana aumentou sua previsão de receita anual com doses contra o coronavírus em mais de 70%, para US\$ 26 bilhões. Ela não divulga sua margem de lucro, mas estima-se que seja na casa dos 20%.

ACALMANDO INVESTIDORES

No início da tarde, as ações da Pfizer negociadas em Nova York registravam queda de 2,58%. Sua parceira no desenvolvimento e na fabricação das doses, a empresa alemã BioNTech, teve perdas de 11,6%.

Em um comunicado emitido ontem, a BioNTech também se posicionou contra a quebra das patentes, afirmando não crer que a proteção intelectual prejudique a produção ou a oferta das vacinas: "[A suspensão] não aumentaria a produção global ou a oferta das doses a curto ou médio prazo", disse a empresa em comunicado à AFP.

Argumento similar foi apresentado pela Moderna,

cujas ações caíram 0,97% no começo da tarde, na apresentação do balanço trimestral. Seu CEO, Stéphane Bancel, disse que a mudança de posicionamento americano "não o fez perder um minuto de sono". A empresa projeta ter uma receita anual de US\$ 19,2 bilhões com as vacinas contra o coronavírus.

- Nós achamos que isso não vai ajudar a aumentar a disponibilidade de vacinas de RNA mensageiro (tecnologia usada por todas as três empresas) em 2021 ou 2022, o período mais crítico da pandemia - disse a investidores, afirmando que suas projeções de venda continuam as mesmas. - Não há capacidade de produção suficiente no planeta para produzir essas doses (...). Você não pode contratar pessoas que saibam fazê-las porque elas não existem.

Diferentemente da AstraZeneca e da Johnson & Johnson, que se comprometeram a vender suas vacinas a preço de custo, a Moderna disse que lucraria com as doses, tal qual a Pfizer. Ao contrário do laboratório gigante, que teve um lucro de mais de US\$ 9,6 bilhões em 2020, no entanto, a Moderna registrou o primeiro saldo positivo de sua história no trimestre passado e não tem outros produtos no mercado.

'NÃO VAI SALVAR VIDAS'

A questão tecnológica é um dos argumentos mais frequentemente apresentados pela indústria farmacêutica para justificar a manutenção da propriedade intelectual. Até 2020, não existiam no mercado vacinas feitas de RNA mensageiro, como as da Pfizer-BioNTech e da Moderna. Trata-se de imunizantes que empregam uma sequência genética do vírus para emular no corpo humano uma resposta imune contra aquele patógeno.

Sua produção, portanto, demanda tecnologias, conhecimentos e infraestrutura inexistentes em boa

Continuação: Farmacêuticas se opõem a decisão do governo dos EUA

parte do planeta - algo que, argumentam as farmacêuticas, levaria tempo para solucionar. Além disso, quaisquer erros na produção poderiam prejudicar a segurança dos lotes. Outro argumento é que não haveria insumos suficientes.

- Essa mudança em uma tradicional postura ame-

ricana não vai salvar vidas disse à Bloomberg Stephen Uhl, presidente da **PhRMA**, grupo lobista das farmacêuticas. - A decisão nada faz para responder aos desafios reais de levar mais vacinas aos braços das pessoas.

É quase impossível copiar vacinas sem apoio de laboratórios, diz ministro

SAÚDE



Segundo Carlos Alberto França, um dos problemas para **quebra** de patentes é a falta de insumos

Washington Luiz

Brasília

O Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França disse nesta quinta (6) que a suspensão das patentes não vai acelerar a produção de vacinas contra a Covid-19 em países em desenvolvimento. Para o chefe do Itamaraty, o problema, além da falta de insumos, é a ausência de apoio dos desenvolvedores.

A afirmação foi feita durante audiência na Comissão de Relações Exteriores do Senado, em Brasília.

"O maior gargalo hoje, para o acesso a vacinas, são os limites materiais da capacidade de produção. E o fato é que as vacinas são quase impossíveis de copiar, a curto ou médio prazo, sem o apoio dos laboratórios que as desenvolveram, mesmo com o auxílio da patente", avaliou.

França também afirmou que "os países de menor desenvolvimento relativo já contam com uma moratória aplicável a todo tipo de propriedade intelectual e nem por isso, infelizmente, têm conseguido assegurar suprimentos de imunizantes".

"O Acordo Trips (sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade** Intelectual Relacionados ao Comércio) da OMC e a própria lei brasileira já permitem o licenciamento compulsório de **patentes** de forma ágil e adequada, sem qualquer ruptura com nossos compromissos internacionais."

Na quarta (5), o governo americano, do presidente democrata Joe Biden, mudou de posição e manifestou apoio à suspensão de patentes de imunizantes contra o coronavírus, mudando a política que vinha defendendo na OMC (Organização Mundial do Comércio).

"Essa é uma crise de saúde global, e as extraordinárias circunstâncias da pandemia de Covid-19 pedem medidas extraordinárias", disse Katherine Tai, representante de Comércio do governo Biden.

Apesar de afirmar que a posição atual do governo é contra a **quebra** de patentes, o ministro afirmou que vai aconselhar o presidente Jair Bolsonaro a adotar "uma postura flexível e pragmática".

"Nossa impressão é que a maioria dos países continuará dependendo da cooperação das farmacêuticas. Eu penso que o Brasil não pode se afastar de investidores, produtores de vacina e nem, por exemplo, afetar negociações como essa que nós temos aqui com a AstraZeneca e outros produtores", defendeu.

França também informou que irá se reunir por meio de videoconferência com Katherine Tai nesta sexta-feira (7) para entender a nova orientação dos americanos.

"Terei a oportunidade de pedir a ela que explique mais detalhes da posição, mas nós entendemos que é

Continuação: É quase impossível copiar vacinas sem apoio de laboratórios, diz ministro

uma proposta mais focada em uma negociação que levará tempo e não me parece claro ainda se esse processo realmente irá lograr consenso de um lado e que países terão capacidade para produzir mais."

Diante da mudança de posição dos Estados Unidos, Comissão Europeia afirmou nesta quinta que está "aberta a discutir" a ideia, como uma das "soluções pragmáticas e eficazes" para ampliar o alcance da imunização contra o coronavírus.

No fim do ano passado, Índia e África do Sul, com apoio de mais de 100 nações em desenvolvimento, fizeram uma proposta na OMC para suspender todas as patentes relacionadas a medicamentos e vacinas de Covid enquanto durar a pandemia. Dessa maneira, argumentaram, seria possível aumentar a produção em países pobres. Por enquanto, cerca de 90% das vacinas foram aplicadas em habitantes de países ricos ou de renda média.

À época, Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, onde foram desenvolvidas as vacinas, bloquearam a iniciativa da Índia. O Brasil se alinhou aos

países ricos e ficou contra a proposta.

Porém, na semana passada, o Senado aprovou o projeto de lei que permitiu a quebra temporária de patente de vacinas contra a Covid, de medicamentos e de testes de diagnóstico. A proposta foi aprovada por 55 votos a favor e 19 contrários e agora aguarda votação na Câmara.

-

O maior gargalo hoje, para o acesso a vacinas, são os limites materiais da capacidade de produção. E o fato é que as vacinas são quase impossíveis de copiar, a curto ou médio prazo, sem o apoio dos laboratórios que as desenvolveram, mesmo com o auxílio da patente

Carlos Alberto França ministro das Relações Exteriores

Brasil não descarta mudar de posição sobre tema na OMC

SAÚDE

Ana Estela de Sousa Pinto e Patrícia Campos Mello

BRUXELAS E SÃO PAULO

Após anúncio dos Estados Unidos de que apoia uma renúncia temporária às patentes de vacinas contra Covid-19, o governo brasileiro se mostra disposto a negociar e não descarta aceitar um texto na OMC (Organização Mundial de Comércio) que se aproxime da proposta de "terceira via" que o Brasil endossou em abril.

O Brasil, ao lado de EUA e outros países desenvolvidos, havia se declarado contrário à proposta da Índia e África do Sul apresentada no ano passado, que previa uma suspensão de patentes.

Entre os países em desenvolvimento, o Brasil foi o único a se manifestar em março contra a proposta de suspensão do Acordo Trips (que aborda direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio). Posteriormente, o governo brasileiro defendeu uma terceira via, que previa mapear capacidade ociosa que poderia ser convertida para produção de vacinas, e convencer as farmacêuticas a transferirem tecnologia, de forma voluntária.

No entanto, essa terceira via foi vista com ceticismo, porque iniciativa semelhante, por meio de um "pool" de tecnologia criado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em outubro, naufragou - até hoje não houve, por parte das farmacêuticas, compartilhamento de tecnologias úteis para o enfrentamento da pandemia.

Na quarta-feira (6), o governo brasileiro foi surpreendido pela reversão radical da posição dos EUA em relação à suspensão de patentes de medicamentos durante a pandemia, mas acredita que Washington vai negociar com a Índia e África do Sul uma pro-

ta mais restrita e que vigorar por tempo determinado.

Em vez de suspender **patentes** de várias tecnologias ligadas à Covid e valer enquanto durar a pandemia, o que é considerado imprevisível e subjetivo, o plano proporia o "waiver" apenas para vacinas contra Covid e estabeleceria um prazo máximo.

França vai conversar nesta sexta-feira (7) com a representante de comércio dos EUA (USTR), Katherine Tai, para entender melhor qual é a ideia dos americanos. Mas existe a percepção no Itamaraty de que eles irão propor algo muito menos ambicioso do que o plano apresentado por Índia e África do Sul no ano passado, e, então, vão se sentar com esses países para chegar a um texto. Segundo apurou a Folha, o governo brasileiro não descarta mudar de posição e apoiar um texto que se aproxime bastante da terceira via que apoiaram em abril.

Segundo Keith Rockwell, diretor de Informação e Relações Externas da OMC, o tom da discussão sobre o tema mudou. "O humor está muito diferente hoje. Há uma mudança de atmosfera."

A renúncia a patentes exige aprovação unânime dos membros da OMC e uma proposta foi apresentada em outubro por África do Sul e Índia no ano passado. Até a última reunião sobre o Acordo Trips, uma dúzia de países desenvolvidos se opunha à medida.

Após a mudança de posição dos EUA, outros membros antes contrários, como União Europeia, Nova Zelândia, Reino Unido e Suíça se disseram nesta quinta dispostos a discutir uma nova proposta. O novo clima de boa vontade não garante que se chegue a um acordo, mas, segundo Rockwell, "sem esse tipo de atmosfera qualquer resultado fica impossível".

A Índia e África do Sul devem apresentar uma pro-

Continuação: Brasil não descarta mudar de posição sobre tema na OMC

posta revisada, que seria discutida numa reunião informal sobre o Acordo Trips no final deste mês. Espera-se que, com colaboração dos EUA, o novo texto proponha uma suspensão de patentes menos radical. Rockwell afirma ser impossível estimar o tempo necessário para chegar a uma decisão, mas disse que a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, tem defendido que haja soluções concretas antes da próxima reunião ministerial, marcada para novembro.

Ngozi, que assumiu a entidade em março, propôs que os membros da entidade encontrassem uma solução pragmática que garanta acesso amplo aos imunizantes e ao mesmo tempo proteja pesquisas e inovação - países produtores e exportadores argumentam que **quebrar** patentes inibe investimentos nessas áreas.

"Precisamos responder urgentemente à Covid-19 porque o mundo está assistindo e as pessoas estão morrendo", disse ela em comunicado no qual comemorou o anúncio feito pelos EUA.

Para analistas, as declarações americanas podem ajudar governos a pressionarem pelo licenciamento de produtos e **transferência** de tecnologia, como os que já foram feitos pela AstraZeneca com seu imunizante desenvolvido em conjunto com a Universidade de Oxford - versões são produzidas sob licença em fábricas da Coreia do Sul e da Índia.

A **transferência** de tecnologia é considerada fundamental no caso de produtos como os da Pfizer/BioNTech e Moderna, que usam plataformas novas e sofisticadas para obter os imunizantes.

Reinaldo Azevedo

REINALDO AZEVEDO

A lei da patente delinquência nos mata

Ao se opor à quebra das patentes das vacinas, Bolsonaro atenta contra o povo

Reinaldo Azevedo

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Temos um governo que, também no cenário internacional, atua abertamente contra os interesses da população. É o caso da oposição, por ora mantida, à quebra das patentes das vacinas contra a Covid-19. Antes, o Brasil estava de mãos dadas com Donald Trump. Agora, de costas para Joe Biden.

O buraco em que nos metemos é muito fundo âhavendo a possibilidade de que não tenha fundo nenhum. As eleições do ano que vem dirão. Insistamos por ora. Sempre resta a esperança no fundo da caixa dos desatinos.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, depôs nesta quinta na CPI. Médico, deixou claro não ter autonomia nem mesmo para expressar sua oposição âconhecida antes de assumir o cargoâ ao tratamento precoce com cloroquina e outras drogas presidenciais. Não é surpreendente, mas é sempre repulsivo.

Indagaram ao doutor qual é a sua posição sobre a quebra das patentes. Poderia ter dito, por exemplo, que tal questão não se limita à saúde. Atine também à política externa. Já que falava na CPI na condição de ministro de Estado, limitar-se-ia a defender o que é melhor para a população. E, no caso, quanto mais vacinas, melhor. Com ou sem a quebra.

E pronto. Teria escapado de maneira digna sem dizer muita coisa. Ocorre que a inexperiência e a ignorância exercem um importante papel na tragédia civilizatória em curso. O Brasil é tido, no mundo, co-

mo exemplo no combate à Aids. E é. A produção local dos remédios que compuseram o famoso "coquetel" tem uma importância central nessa história. José Serra, então ministro da Saúde, encampou a ideia do fim das patentes e enfrentou, no começo, a oposição dentro do próprio governo.

Serra insistiu e foi bem-sucedido. Sua obstinação beneficiou o mundo. Ademais, a produção de genéricos, para quase todos os males, gerou por aqui uma vigorosa indústria farmacêutica. Atende à demanda local e exporta.

No caso da Aids, Serra se tornou a voz do Brasil na defesa da tese, e todos os organismos multilaterais reconheceram tratar-se de uma luta justa. Desta feita, Índia e África do Sul ergueram suas vozes, com a oposição âpor razões óbviasâ de Donald Trump, do Reino Unido e da União Europeia.

Na arena internacional, governos defendem seus interesses. É a natureza do jogo. Em princípio, chefes de Estado de países que sediam grandes farmacêuticas se colocarão sempre em favor da manutenção dos direitos dessas empresas. É o esperado.

Nota: STF formou maioria contra trecho da Lei de Propriedade Industrial que tornava as **patentes** mais eternas do que os diamantes. Fez o certo. É claro que eu defendo o direito à **propriedade** intelectual em qualquer setor. Sem ela, investir-se-ia muito menos em pesquisa. A humanidade perderia.

Mas é preciso estar atento ao momento em que um valor mais alto se alevanta. É o caso. Eis que a pandemia assume uma complexidade que não era esperada por ninguém, sobretudo em razão da capacidade que tem o vírus de produzir novas cepas, mais contagiosas e mais letais.

Quando o Brasil se opôs à quebra das patentes, juntando-se aos países ricos, nem estava defendendo o

Continuação: Reinaldo Azevedo

próprio interesse não é sede de nenhuma grande farmacêutica que tenha titularidades cobiçadas e nem atentava para a questão humanitária. Já se tratava, destaque-se, de uma estupidez subalterna.

Agora, ninguém menos do que Joe Biden, presidente dos EUA, adere à tese do fim das patentes, o que, numa primeira mirada, implica militar contra os interesses de seu próprio país. A França adotou a mesma posição, ainda que a União Europeia resista. Deve ceder.

Mas não o doutor Queiroga! Ele não! Foi evasivo na

primeira resposta, dizendo que o Brasil poderia ser prejudicado, o que é uma estupidez. Sem a reserva de direito das grandes farmacêuticas, todos se beneficiarão, muito especialmente este país, que tem uma indústria com evidente capacidade de produção. Indagado novamente, foi claro: no caso das vacinas, ele é contra.

Joe Biden está por fora. Bolsonaro e Queiroga sabem das coisas. Sim, resta a esperança no fundo da caixa. Tem validade até 2022. Ou começaremos a sair do buraco ou vem a danação eterna.

Suspensão de patentes: o Brasil precisa se preparar para uma nova fase na produção mundial de vacinas



É necessário que os novos participantes tenham acesso a matérias-primas e insumos, capacidade de produção e tecnologia

Ao declarar apoio à proposta de suspensão de patentes de vacinas durante a pandemia de Covid-19, os EUA adotam um posicionamento importante para a saúde global. A ideia apresentada inicialmente por Índia e África do Sul obteve apoio praticamente consensual dos países em desenvolvimento, mas estava travada pela oposição dos países ricos. Agora começa uma nova etapa de negociação, pois a decisão do governo Biden muda significativamente a correlação de forças na Organização Mundial de Comércio.

O Brasil terá chance de se reposicionar depois de ter ficado como único país emergente a não apoiar essa proposta, reflexo da desastrosa estratégia diplomática de Jair Bolsonaro baseada no alinhamento total ao governo Trump.

O gesto do atual governo estadunidense foi saudado por lideranças em saúde global e considerado "monumental" e "histórico" pelo atual diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom. A OMS enfrenta dificuldades para articular uma distribuição equitativa de vacinas pelo consórcio internacional, num cenário em que 75% dos imunizantes contra Covid-19 estão concentrados em

dez países. A suspensão de **patentes** é uma das principais medidas para permitir o aumento da produção de vacinas e, conseqüentemente, o acesso aos imunizantes pelos países pobres. Interromper a proteção de direitos de **propriedade** intelectual daria a possibilidade de mais países produzirem vacinas, diminuindo seus preços no mercado global.

A suspensão de **patentes** não será suficiente para resolver o cenário de escassez de vacinas a curto prazo. É necessário que os novos participantes tenham acesso a matérias-primas e insumos, capacidade de produção e tecnologia para ingressar nesse mercado. Esse, aliás, é argumento frequentemente usado pelos críticos da ideia, que defendem a preservação dos preços de monopólio para estimular as grandes farmacêuticas a investir em pesquisa e desenvolvimento de imunizantes. Mas, em um momento de grave emergência de saúde, é uma questão humanitária deixar de privilegiar direitos de propriedade intelectual em benefício do acesso de bilhões de pessoas às vacinas, ainda que isso demande algum tempo até ser efetivado.

E aqui entra a importância de o Brasil se preparar para uma nova fase na produção de vacinas no mercado global que pode começar a partir da mudança de rumo na OMC.

A saúde no Brasil é historicamente um setor marcado pela forte dependência estrutural e pela vulnerabilidade industrial e tecnológica. Houve um esforço para mudar esse panorama nos anos 2000, com a adoção de uma agenda de inovação e produção nacional em saúde pelo Ministério da Saúde, quando se priorizou uma política de desenvolvimento produtivo para fomentar o complexo industrial da saúde no País. Mas isso foi abandonado desde 2016. E agora não há nenhuma perspectiva de retomada enquanto a política de Bolsonaro e Paulo Guedes estiver em vigor.

Continuação: Suspensão de patentes: o Brasil precisa se preparar para uma nova fase na produção mundial de vacinas

O Brasil tem condição de adotar ações de financiamento e fomento a indústrias, usar o poder de compra do Estado e incentivar contratos de **transferência** de tecnologia como ferramentas para fortalecer o setor de saúde. Mas a política adotada nos últimos cinco anos no País contraria até mesmo o entendimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, na qual o atual ministro da Economia tanto diz almejar o ingresso do Brasil. A OCDE reconhece que a preservação ou o aumento dos investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação é especialmente importante em períodos de crises ou estagnações econômicas, para compensar a queda dos investimentos privados.

O cenário formado pela ascensão da **biotecnologia** na indústria farmacêutica mundial, associada à grande demanda por vacinas e à possível suspensão de patentes, cria uma janela de oportunidade para

inovação no Brasil. E isso pode promover um ciclo virtuoso para a competitividade na indústria farmacêutica nacional e para a consolidação do sistema público de saúde no país. Ou seja, redução da dependência tecnológica brasileira com mais vacinas e medicamentos para o SUS. Além disso, a articulação entre a dimensão social e a econômica coloca o setor de saúde em posição estratégica para o desenvolvimento nacional, em decorrência do seu peso na atividade econômica, no potencial de mobilização de recursos e na geração de emprego e renda.

Tomara que o Brasil tenha outro governo para fazer isso nos próximos anos.

Este texto não reflete necessariamente a opinião de CartaCapital.

Apesar da decisão, o julgamento ainda não terminou. Na próxima quarta-feira (12), os ministros devem decidir o alcance da decisão, a chamada modulação de efeitos



que estão em vigor e foram estendidas pela norma.

A Corte manteve a decisão individual proferida pelo relator no início do mês passado, na qual foi suspensa a prorrogação de patentes para produtos farmacêuticos, equipamentos e materiais de saúde diante da pandemia de covid-19.

Toffoli atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para suspender a eficácia do Artigo 40 da Lei nº 9.279/1996. O dispositivo trata do prazo de validade de uma patente no caso de demora na análise pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). Para a PGR, o artigo é inconstitucional por conferir prazo de vigência indeterminada às patentes.

Pela lei, o prazo de exclusividade de patentes é de 15 ou 20 anos, conforme o tipo de produto, mas pode ser estendido por até dez anos diante da demora na aprovação.

Apesar da decisão, o julgamento ainda não terminou. Na próxima quarta-feira (12), os ministros devem decidir o alcance da decisão, a chamada modulação de efeitos

Por 9 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (6) considerar inconstitucional um dispositivo da Lei de **Patentes** que permite a extensão do prazo de exclusividade de **patentes** no caso de demora na análise para autorização. A decisão vale para registros de produtos farmacêuticos, equipamentos e materiais de saúde utilizados para combater a pandemia de covid-19.

Apesar da decisão, o julgamento ainda não terminou. Na próxima quarta-feira (12), os ministros devem decidir o alcance da decisão, a chamada modulação de efeitos. De acordo com o relator do caso, ministro Dias Toffoli, a decisão deve manter 90% das patentes

Ouvido na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Carlos Alberto França defendeu que o Brasil preserve os acordos com investidores e exportadores de vacina, e disse que negociações para quebra de patente podem ser demoradas e não tão vantajosas para o país



Ouvido na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Carlos Alberto França defendeu que o Brasil preserve os acordos com investidores e exportadores de vacina, e disse que negociações para **quebra** de patente podem ser demoradas e não tão vantajosas para o país

O ministro do Ministério das Relações Exteriores, chanceler Carlos Alberto França, comentou, em audiência da Comissão de Relações Exteriores do Senado, nesta quinta-feira (6/5), as ações do Itamaraty em relação à diplomacia no combate ao novo coronavírus e a opção brasileira contrária à **quebra** de patentes pelas empresas. Ele respondia a questionamentos dos senadores Espiridião Amin (PP-SC) e Nelsinho Trad (PSD-MS). Sobre a quebra, o ministro defendeu que o país preserve os acordos com investidores e exportadores de vacina.

Ele destacou que conversará com uma embaixadora americana para entender melhor a posição do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sobre a **quebra** de patentes, e criticou a proposta da Índia e da África do Sul, que pediram uma dispensa de obrigações relativas à propriedade intelectual muito ampla, na opinião de França. Segundo ele, a visão do governo brasileiro é de que seria possível obter mais vantagem com a opção construída pelo Chile e pelo Canadá por "facilitar a produção local pela covid e maior acesso aos países em desenvolvimento".

"A primeira postura era contrária à **quebra** de patente, pois puniria empresas e instituições de pesquisa que empenhavam esforços no desenvolvimento de vacinas contra covid-19 a custo de investimento privado e tempo recorde. A proposta de **quebra** de patentes não tinha o apoio de membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Não nos parecia realista diante das farmacêuticas. Favoreceria aos países detentores de tecnologia, que poderiam agir no sentido de suspender as **patentes**", destacou.

Sobre a posição norte-americana, o chanceler afirmou estar em análise, mas que seria uma proposta com uma negociação que pode levar tempo. "E não me parece claro se o processo vai lograr consenso de um lado, e quais países terão capacidade de produzir mais. Nossa impressão é de que a maioria dos países seguirá dependendo das farmacêuticas. E penso que

Continuação: Ouvido na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Carlos Alberto França defendeu que o Brasil preserve os acordos com investidores e exportadores de vacina, e disse que negociações para quebra de patente podem ser demoradas e não tão vantajosas para o país

o Brasil não pode se afastar de investidores e exportadores de vacina e nem afetar negociações como a que temos com a Astrazeneca e com outros produtores", argumentou.

Produção nacional de vacina

De acordo com o ministro, a expectativa é de que, a partir de setembro, com o acordo de transferência de tecnologia da Fiocruz com a Oxford/Astrazeneca, o Brasil poderá dominar todo o ciclo de produção da vacina, com possibilidade de produzir 1 milhão de doses por dia e 20 milhões ao mês. Ele também ressaltou a importância da China na aquisição de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) para produção de vacinas, e que os insumos vindos do gigante asiático correspondem a 80% da exportação dos produtos para produção de imunizante daquele país.

Basicamente, segundo o chanceler, a cada 100 litros de IFA exportados pela China, 80 litros vem para o Brasil. "O embaixador da China (Yang Wanming) disse que o governo chinês autorizou a exportação do IFA previsto para maio. Não há nenhum problema político que, nessa questão, permeie ou atrapalhe

nossa produção de vacinas. O Brasil também é importante para China. Somos grandes parceiros e não temos por que deixar de sê-lo", disse.

Nesse ponto, o chanceler defendeu a diversificação da atuação do Brasil com a China. "Levarei para o presidente Bolsonaro a ideia de ampliar a lotação das nossas embaixadas e consulados na China. Temos uma rede consular subdimensionada em comparação com o Japão. Podemos ter um consulado mais dedicado a comércio, ciência e tecnologia na área central. Em dezembro de 2022, quando terminar a primeira gestão do presidente, a China inaugurará uma estação espacial orbital, e, de hoje até dezembro do ano que vem, levarão a cabo 10 missões ao espaço. É um gigante da ciência e tecnologia, e essa parceria brasileira tem que entrar nesse campo", defendeu.

"Quando se fala da relação com a China, é a relação com o Indo-Pacífico. Esse século muda o centro estratégico geopolítico. Ele sai de onde estava e vai para os países da Ásia, que passa a ser um centro estratégico da política diferente", completou.

Sou contra quebra de patentes de vacinas, diz Queiroga à CPI da Covid



de imunidade de rebanho por meio da contaminação massiva e destacou que toda aglomeração deve ser coibida (Adriano Machado/Reuters)

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse nesta terça-feira, 6, ser contra a **quebra** de patentes de vacinas contra a covid-19. Durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no Senado, o ministro disse temer que o Brasil "não tem condições de produzir as vacinas", mesmo com a suspensão dos direitos de propriedade intelectual.

Entenda como o avanço da vacinação afeta seus investimentos. Conheça as análises da EXAME Invest Pro

Em resposta ao senador Marcos Rogério (DEM-RO), Queiroga disse que a **quebra** de patentes é um assunto muito delicado

BRASIL

Sou contra **quebra** de patentes de vacinas, diz Queiroga à CPI da Covid

Em resposta ao senador Marcos Rogério (DEM-RO), Queiroga disse que a **quebra** de patentes é um assunto muito delicado

Por Estadão Conteúdo

Publicado em: 06/05/2021 às 16h48

Alterado em: 06/05/2021 às 22h34

2021-05-06

2021-05-06

access_timeTempo de leitura:

CPI da Covid: Queiroga reforçou ser contra a teoria
abpi.empauta.com

"Como nosso programa está calcado em vacinas como a Pfizer e Janssen, isso pode interferir negativamente no aporte de vacinas para o Programa Nacional de Imunização. Claro que isso é uma opinião inicial. Vi que o presidente Biden se manifestou. Isso carece de análise mais detida", afirmou Queiroga. Segundo mencionou, o governo publicou por meio do Diário Oficial da União (DOU) dispensa de licitação para a compra de 100 milhões de doses da Pfizer.

Em audiência pública nesta tarde, Queiroga reforçou ser contra a teoria de imunidade de rebanho por meio da contaminação massiva e destacou que toda aglomeração deve ser coibida. Questionado sobre as ações do presidente Jair Bolsonaro que causam o ajuntamento de pessoas, Queiroga evitou mencionar diretamente o chefe do Executivo: "toda aglomeração deve ser dissuadida, independente de quem faça".

De acordo com o ministro, a saída da crise sanitária deve ser por meio da vacinação. Conforme narrou, Queiroga disse ter presenciado o presidente falar em tratamento precoce em uma única oportunidade. Me-

Continuação: Sou contra quebra de patentes de vacinas, diz Queiroga à CPI da Covid

dicamentos como a cloroquina, sem eficácia comprovada contra a covid-19, são defendidos pelo presidente e governistas como alternativa às medidas profiláticas.

Quer saber tudo sobre o ritmo da vacinação contra a covid-19 no Brasil e no Mundo? Assine a EXAME e fique por dentro.

Veja também **MUNDO** Quebra de patentes pode reduzir desigualdades e ampliar acesso a vacinas [query_builder 6 Maio 2021 - 15h05](#) **BRASIL** Patentes de vacinas: 'temos o direito de mudar de opinião', diz chanceler [query_builder 6 Maio 2021 - 13h05](#)

Obrigado por ler a EXAME! Que tal se tornar assinante?

Tenha acesso ilimitado ao melhor conteúdo de seu dia. Em poucos minutos, você cria sua conta e continua lendo esta matéria. Vamos lá?

Falta pouco para você liberar seu acesso.

exame digital

R\$ 12,90/mês

Acesse onde e quando quiser.

Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

Assine

exame digital + impressa

R\$ 29,90/mês

Acesse onde e quando quiser

Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

Edição impressa mensal.

Frete grátis

Assine

Já é assinante? Entre aqui.

CPI da Covid **Governo Bolsonaro** **Ministério da Saúde** vacina contra coronavírus **Vacinas**

4137797

Governo alemão quer que patentes de vacinas anticovid continuem protegidas

AFP



capacidade de produção de vacinas.

A Alemanha é o lar da BioNTech, que juntamente com a Pfizer desenvolveu a primeira vacina contra a covid-19 a ser aprovada no ano passado em países ocidentais.

O governo de Angela Merkel considerou nesta quinta-feira (6) que é importante que as patentes das vacinas anticovid permaneçam protegidas, depois que os Estados Unidos se disseram a favor de suspendê-las.

"A sugestão dos Estados Unidos de suspender as **patentes** das vacinas anticovid-19 tem implicações importantes para a produção de vacinas como um todo", disse uma porta-voz do governo alemão, acrescentando que "a proteção à **propriedade** intelectual é uma fonte de inovação e deve continuar assim no futuro".

Ela acrescentou que "os fatores limitantes na produção de vacinas são a capacidade de produção e os altos padrões de qualidade, não as patentes".

Berlim disse que as empresas farmacêuticas já estão trabalhando com seus parceiros para aumentar sua

BioNTech diz que quebra de patentes não aumenta produção de vacinas

AFP

A farmacêutica alemã BioNTech informou nesta quinta-feira (6) que a proteção de patentes das vacinas contra a covid-19 não limita a produção ou explica problemas de fornecimento em todo o mundo.

"As patentes não são o fator limitante para a produção ou fornecimento de nossa vacina. Não irão aumentar a produção global ou o fornecimento de doses a curto e médio prazo", disse o laboratório à AFP. A declaração sugere uma rejeição ao apelo dos Estados Unidos para liberar a proteção de patentes para vacinas.

"Se nenhum dos requisitos for atendido, a qualidade, segurança e eficácia da vacina não podem ser garantidas pelo fabricante ou pelo inventor. E isso pode colocar em risco a saúde dos vacinados", alerta a empresa.

Ressaltando os vários detalhes que podem comprometer a produção, a empresa alemã lembrou que se algumas das "raras e importantes matérias-primas" não forem utilizadas da melhor forma, menos vacinas serão produzidas.

"Os especialistas já apontaram que a instalação e validação de novos locais de produção geralmente leva um ano", acrescentou.

Além disso, a produção da vacina de RNA mensageiro, como a implementada pela BioNTech e pela americana Pfizer, "é um processo complexo desenvolvido ao longo de mais de uma década. Todas as etapas devem ser definidas e executadas com precisão", por uma "equipe experiente", completou.

A BioNTech, que estimava em 2021 a fabricação de até 2,5 bilhões de doses de sua vacina, agora afirma ter "capacidade" para produzir até 3 bilhões de doses neste ano e mais de 3 bilhões no próximo.

Na UE, duas fábricas, na Bélgica e na Alemanha, são as plataformas centrais para a fabricação de doses de RNA mensageiro.

O laboratório favorece a transferência de tecnologia e a concessão de licenças específicas para aumentar a produção de sua vacina, reiterou. E destacou que tem uma estreita colaboração com mais de 15 parceiros, incluindo Merck, Novartis Sanofi e Baxter.

Fim da extensão de patentes amplia acesso a remédios baratos, dizem advogados



Advogados afirmam que decisão do Supremo permitirá que população tenha acesso a mais remédios genéricos Reprodução

Por Sérgio Rodas

A decisão do Supremo Tribunal Federal de anular a prorrogação automática do prazo de patentes caso o trâmite de aprovação delas demore muito alinha a legislação brasileira sobre o tema às de outros países e permite que a população tenha acesso a remédios mais baratos. É o que afirmam advogados ouvidos pela ConJur.

O STF declarou, nesta quinta-feira (6/5), a inconstitucionalidade do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996). O dispositivo prevê que, caso o Instituto Nacional da Propriedade

Industrial (**INPI**) demore para analisar pedidos de patente - por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior - , ela pode ter seu prazo estendido.

O escritório Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados, que atuou no caso desde o começo defendendo a tese da inconstitucionalidade da prorrogação de patentes, comemorou a decisão. "A Corte referendou o prazo legal de 20 anos das patentes, eliminando grave distorção que permitia a extensão da vigência patentária para além dos 20 anos, deixando a lei brasileira em contradição com a nossa Constituição Federal e na contramão do Direito Internacional", afirma Marcus Vinicius Vita, um dos sócios da banca.

O advogado também avalia que o impacto é maior para o setor de saúde, permitindo a ampliação do acesso de genéricos. "A decisão tem impacto social de enorme relevância, pois garante uma ampliação imediata dos medicamentos genéricos, reduzindo os gastos públicos e permitindo um maior acesso à saúde, direito fundamental de qualquer cidadão."

Marcus Vinicius Furtado Coêlho, advogado do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual no processo, diz que a decisão é ainda mais importante em tempos de epidemia de Covid-19.

"Ao declarar inconstitucional a extensão dos prazos de patentes, o STF cumpre sua missão de balizar o cumprimento da Constituição. A decisão demonstra o pleno funcionamento do sistema de freios e contrapesos. Preservada a proteção patentária por 20 anos, o STF afasta a extensão sem prazo determinado e sem justificativa constitucional suficiente. A proteção do direito à saúde, com remédios mais baratos para a população é um imperativo ético nesse momento de pandemia".

Continuação: Fim da extensão de patentes amplia acesso a remédios baratos, dizem advogados

O parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial contraria as normas internacionais, que limitam as patentes de invenção a 20 anos, aponta Fabrício Polido, advogado do escritório LO Baptista.

"O término do prazo de proteção é relevante para que concorrentes possam explorar a tecnologia no Brasil, já que a invenção cai em domínio público. Sem domínio público, não existe continuidade da atividade inventiva e inovadora nos mercados, já que uma patente bloqueia - no tempo e território - a atividade de concorrentes para determinada tecnologia. Enquanto em outros países, a invenção já caiu em domínio público e pode ser explorada por empresas (por exemplo, fabricação de genéricos, insumos químicos para agricultura, processos alimentares), no Brasil permanecia 'trancada' pela patente que ia sendo prorrogada", destaca Polido.

Thiago do Val, advogado especialista em Direito Empresarial e líder na área de Inovação e Tecnologia da firma Lira Advogados, avalia que o principal problema na área de patentes no Brasil não é a prorrogação dos títulos, mas a falta de políticas públicas na área de inovação e tecnologia e de gestão efetiva e investimento no **INPI**, o que tornaria as análises de pedidos de mais céleres.

O advogado concorda com os argumentos dos votos divergentes dos ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux de que o pedido de patente representa mera expectativa de direito, que é consolidado no momento de sua concessão.

"Outro ponto de extrema importância e relevância defendido pelo ministro Barroso é o efeito sistêmico que decisões que envolvem áreas sensíveis e fogem ao conhecimento estritamente jurídico podem alcançar. Não raramente é imposto ao Judiciário a re-

solução de problemas que possivelmente teriam melhor deslinde caso fossem proferidos por aqueles que de fato possuem conhecimento profundo e estratégico do assunto", analisa Thiago do Val.

Impacto acadêmico

Os ministros Dias Toffoli, o relator do caso, e Ricardo Lewandowski citaram em seus votos estudo do Grupo Direito e Pobreza, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A entidade fez uma comparação entre as legislações de patentes do Brasil e de outros 29 países, a partir de pouco mais de 5.000 decisões sobre concessão, extensão e ajuste do termo dos registros.

E concluiu que ao deixar indeterminado o prazo máximo da patente, o parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial privilegia de forma desproporcional o responsável pelo registro, em detrimento da defesa do consumidor e da livre concorrência.

O estudo também destacou que, na comparação com a experiência de outros países, a legislação patentária brasileira foi a que mais prorrogou a proteção: foram 24,3 anos em média, entre o início da vigência legal e o fim do período de exclusividade.

Além disso, a pesquisa da USP indica que a proteção do direito à saúde - especialmente em meio à epidemia de Covid-19 - está vinculada ao acesso à produção de medicamentos (principalmente genéricos) em larga escala e a preço razoável - "o que não pode ser efetuado diante de prazos de vigência patentários desproporcionalmente altos".

Carlos Portugal Gouvêa, professor da USP e coordenador do Grupo Direito e Pobreza, declarou que a

Continuação: Fim da extensão de patentes amplia acesso a remédios baratos, dizem advogados

decisão do Supremo demonstra a relevância de pesquisas acadêmicas.

"Trata-se de uma decisão histórica. Dependendo da modulação, poderá ser a decisão mais importante do STF em matéria de direito à saúde e do Direito da Propriedade Industrial. Ficamos muito felizes com o fato de vários ministros terem baseado seus votos em

um estudo do Grupo Direito e Pobreza da USP que demonstrou que o Brasil tinha as patentes com maior prazo de vigência do mundo. É um reconhecimento da importância da pesquisa acadêmica independente e desinteressada, como ressaltou o ministro Lewandowski"

Paim pede urgência da Câmara na votação da quebra de patentes



pulação, reduzindo a desigualdade existente hoje, quando o uso dos imunizantes se concentra nas nações mais desenvolvidas. A quebra temporária de patentes foi apoiada nesta quarta-feira (5) pelos Estados Unidos. A mobilização nesse sentido tem sido liderada pela Índia e pela África do Sul.

Paulo Paim também manifestou preocupação com as informações de que os Estados Unidos e a União Europeia devem impor barreiras às pessoas imunizadas com determinadas vacinas e que cada país decidirá se aceita os certificados de vacinação de imunizantes listados pela OMS, mas que não tenham obtido a aprovação da Agência Europeia de Medicamentos.

- O comprovante de vacinação, chamado de 'passaporte covid', pode se tornar um certificado de desigualdade social entre as nações - afirmou.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Em pronunciamento nesta quinta-feira (6), o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu que a Câmara dos Deputados vote com urgência o projeto de lei (PL 12/2021), de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a determinar o licenciamento compulsório de patentes de vacinas contra a covid-19. O texto foi aprovado pelo Senado na semana passada, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, senador Nelson Trad (PDS-MS).

Ele destacou que a licença temporária da propriedade intelectual vai impulsionar a fabricação de vacinas no Brasil, acelerando o processo de imunização da população. A mesma medida, numa escala mundial, permitirá que os países mais pobres vacinem a sua po-

Quebra de patentes pode reduzir desigualdades e ampliar acesso a vacinas



A **quebra** de patente ocorre quando o Estado autoriza que terceiros explorem e comercializem um produto desenvolvido por outrem. A campanha a favor da **quebra** de patentes de vacinas contra a covid-19 se fortaleceu na quarta-feira, 5, após a embaixadora do Comércio dos EUA, Katherine Tai, anunciar que o país apoiará uma proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual sobre os imunizantes.

A **quebra** de patente, que no Brasil tem legalmente o nome de licença compulsória, ocorre quando o Estado autoriza que terceiros explorem e comercializem um produto desenvolvido por outrem. Com ela, empresas em todo o mundo poderiam produzir vacinas desenvolvidas por laboratórios como Pfizer e Moderna, aumentando a oferta de injeções a nível mundial e facilitando o acesso de países pobres aos imunizantes.

Quais são os argumentos a favor da **quebra** de patentes?

Cerca de 100 países, liderados pela Índia e África do Sul, veem na quebra temporária de patentes uma esperança para acelerar a vacinação em todo o mundo.
abpi.empauta.com

A revista Nature estima que seriam necessárias cerca de 11 bilhões de doses de vacina contra a covid-19 para imunizar 70% da população mundial, patamar em que acredita-se ser possível pôr fim à pandemia. Dessas, cerca de 8,6 bilhões já foram encomendadas. A maior parte dessas doses, no entanto, está destinada a países de renda média e alta, enquanto as nações mais pobres, que correspondem a 80% da população mundial, têm acesso a menos de um terço das vacinas disponíveis. O nacionalismo da vacina, a falta de insumos e a dificuldade de produzir vacinas em tão larga escala estão entre os motivos deste desequilíbrio.

A **quebra** de patentes, argumentam seus defensores, permitiria fabricação e fornecimento mais uniformes, contrariando as expectativas atuais de que os países mais pobres levem anos para vacinar suas populações inteiras.

Outro argumento é a proteção fornecida pelas patentes foi projetada para evitar concorrência desleal, não para ser usada durante emergências globais como guerras e pandemias.

Quem se opõe?

A indústria farmacêutica e nações mais ricas, algumas das quais sediam laboratórios que teriam suas patentes quebradas, são contrárias ao movimento. Elas argumentam que a licença compulsória não necessariamente aceleraria a fabricação ou o fornecimento de imunizantes, uma vez que não se sabe qual seria a capacidade de produção sobressalente no mundo. Além disso, elas argumentam que a instalação de fábricas, o treinamento de pessoas e a aprovação de leis relacionadas, etapas essenciais para o início da fabricação, poderiam levar muito tempo.

Além disso, os oponentes da **quebra** de patentes argumentam que já apoiam o programa COVAX, da

Continuação: Quebra de patentes pode reduzir desigualdades e ampliar acesso a vacinas

OMS, que destina vacinas aos países mais pobres.

Há um precedente para a **quebra** de patentes?

Há 50 anos, a vacina contra a gripe vem sendo produzida com base em compartilhamento de conhecimentos. Especialistas de todo o mundo se reúnem duas vezes por ano para analisar e discutir os dados mais recentes sobre cepas do vírus e vacinas em encontros do Sistema Global de Vigilância e Resposta à Influenza, da Organização Mundial da Saúde. O Sistema tem uma rede de laboratórios distribuídos em 110 países e financiados por governos e fundações.

À revista Nature, o pesquisador da Universidade de Leeds Graham Dutfield afirmou que, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo dos EUA incentivou a colaboração entre empresas e universidades para aumentar a produção de penicilina, o que de fato aconteceu, sem processos por **violação** de patentes e sem a prática de preços exor-

bitantes.

Outras abordagens, como o pool de **patentes** (consórcio de ao menos duas empresas que concordam em cruzar licenças de **patentes** relacionadas a uma determinada tecnologia) vêm sendo utilizadas pela OMS para aumentar o acesso a tratamentos para HIV, hepatite C e tuberculose, por exemplo.

Onde e quando a questão será debatida?

Países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) apresentarão e negociarão um texto sobre o assunto. Uma reunião formal sobre o assunto está marcada para os dias 8 e 9 de junho. As decisões da OMC são normalmente alcançadas por consenso.

Assine a EXAME e acesse as notícias mais importante em tempo real.

Sem quebra de patentes, pandemia pode se arrastar por anos, diz especialista



Profissional da saúde com doses da vacina Pfizer; imunizante começou a ser distribuído no Brasil no início de maio

Em entrevista à CNN, Pedro Villardi destaca plano de **quebra** de patentes de vacinas contra a Covid-19 apoiado pelos Estados Unidos. Em entrevista à CNN nesta quinta-feira (6), Pedro Villardi, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) e coordenador de projetos da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, afirmou que o plano de **quebra** de patentes de vacinas da Covid-19 apoiado pelos Estados Unidos é "imprescindível" e que a desigualdade na vacinação contra a doença pode estender a pandemia.

"Essa decisão do governo americano de mudar de posição na Organização Mundial do Comércio, nesse

debate importante que começou em outubro de 2020 provocado pela Índia e África do Sul, para que o mundo tenha mais possibilidade de produzir e distribuir vacinas é imprescindível e absolutamente histórico. É absolutamente temerário ter poucas empresas controlando as vacinas. Os Estados Unidos nunca haviam se posicionado dessa forma, e é muito importante que tenham mudado de posição nesse momento. Estudos mostram que, caso a desigualdade de vacinação se mantenha, a pandemia pode durar até sete anos a mais", explicou o especialista.

A União Europeia informou estar disposta a discutir a proposta de **quebra** de patente de vacinas contra a Covid-19, mudando o discurso após os Estados Unidos anunciarem apoio à medida.

Na quarta-feira (5), o presidente americano Joe Biden manifestou o apoio à proposta -- uma promessa de campanha. Em comunicado, o governo americano disse que acredita fortemente na proteção à **propriedade** intelectual, mas disse que vai apoiar a quebra para colocar um fim à pandemia. A decisão de Biden foi elogiada pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, que a chamou de "momento monumental" na luta contra o novo coronavírus.

"Se poucas empresas controlam esse mercado e determinam os países que recebem [as vacinas] primeiro e depois, e não tivermos possibilidade que outras empresas produzam as vacinas, vamos ter essa pandemia se arrastando por anos. E vamos ter a mesma coisa que aconteceu em outras pandemias como a de HIV/Aids, quando populações foram atingidas desproporcionalmente e milhares de mortes aconteceram de forma absolutamente evitável", com-

Continuação: Sem quebra de patentes, pandemia pode se arrastar por anos, diz especialista

pletou Villardi.

Profissional da saúde com doses da vacina Pfizer;
imunizante começou a ser distribuído no Brasil no
início de maio

STF declara inconstitucional trecho da LPI que permite extensão do prazo de patentes



Remédios / Foto: Pixabay

Com decisão, patentes deverão vigorar 20 anos contados a partir do pedido; STF decide sobre modulação na próxima quarta O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quinta-feira (6/5), que é inconstitucional trecho da Lei de Propriedade Industrial (LPI) que prevê extensão do prazo de patentes em caso de demora na análise pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**. Na próxima quarta-feira (12/5), o STF vai decidir se modula os efeitos da decisão.

A regra em vigor prevê que as patentes de invenção devem durar 20 anos contados a partir da data de depósito no **INPI**, ou dez anos após a data de concessão, como forma de compensação caso haja demora de

mais de uma década na análise. O STF declarou inconstitucional esse segundo prazo, e com isso fica valendo apenas a regra geral: as patentes de invenção deverão valer por 20 anos, a partir da data do pedido, independentemente do tempo de análise.

Votaram pela inconstitucionalidade os ministros Dias Toffoli, Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello. Já os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux votaram pela constitucionalidade da norma.

O plenário julga a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). É questionado o parágrafo único do artigo 40 da LPI, a Lei 9.279/1996. O caput do artigo 40 prevê que a patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 anos, e as de modelo de utilidade por 15 anos, contados a partir da data de depósito do pedido. Mas o parágrafo único traz uma ressalva, que fixa que o prazo de vigência não será inferior a 10 anos para a patente de invenção e oito anos para modelo de utilidade, a contar da data de concessão.

É esta ressalva que está sendo questionada. Na visão da PGR, o dispositivo permite uma extensão de prazo de patentes, que poderiam vigorar por até 30 anos. A ação opõe setores farmacêuticos de genéricos e de medicamentos patenteados, mas o julgamento afetará todas as empresas, universidades e institutos que atuam com patentes. Estima-se que há cerca de 35 mil patentes em vigor com base no parágrafo único do artigo 40 da LPI.

Um exemplo de como este prazo funciona: um pedido de patente de invenção foi depositado em 1 de janeiro de 2008. Mas o **INPI** só concedeu o pedido em 1 de janeiro de 2020, ou seja, 12 anos depois. Se considerado apenas o caput do artigo 40, esta patente

Continuação: STF declara inconstitucional trecho da LPI que permite extensão do prazo de patentes



deveria vigorar até 2028, ou seja, 20 anos contados da data do pedido. Entretanto, o parágrafo único fixa que nenhuma patente de invenção poderá vigorar por menos de dez anos a partir da data de concessão. Assim, pela lei atual, essa patente vigorará até 2030, já que só foi concedida em 2020.

O julgamento teve início em 28 de abril, com as sustentações orais, e no dia seguinte o ministro Dias Toffoli, relator, iniciou seu voto pela inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40 da LPI. Leia o voto de Toffoli. Na última quarta-feira (5/5), o relator concluiu seu voto e foi acompanhado pelos ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes.

Extensão de patentes é inconstitucional

Nesta quinta-feira, a sessão teve início com o voto do ministro Edson Fachin, que deu o quarto voto pela inconstitucionalidade do prazo de dez anos a partir da data de concessão da patente. Para o ministro, é fundamental ter a certeza sobre o período de vigência da proteção patentária. "A livre concorrência e a defesa do consumidor, pilares da ordem econômica, exigem

que o interesse particular dos titulares do monopólio sejam proporcionalmente ponderados diante de um interesse difuso de exploração coletiva do invento ou modelo de utilidade", afirmou.

"Há de ser protegido o direito de propriedade industrial, e seu respectivo exercício. Nada obstante, seu exercício não pode transpassar a esfera do uso deste poder para que assim seja respeitado um regime de concorrência que conduza a uma participação na economia de mercado pelo uso estratégico de tais poderes a fim de garantir competitividade, renovação e desenvolvimento", acrescentou Fachin. Leia o voto.

O quinto voto foi da ministra Rosa Weber, que entendeu que o "destino do objeto da patente é a disponibilização ao público uma vez expirado o prazo", e o parágrafo único "desconfigura a temporariedade da patente, e na prática permite a existência de patentes com prazo indeterminado".

"O que se tem é uma norma que por suas características se revela desproporcional. Patentes por prazo imprevisíveis oneram a busca de desiderato constitucional. Implementa adicionais praças de pedágio no caminho oneroso a ser implementado nas pesquisas", disse Weber. "Dados trazidos aos autos evidenciam que o dispositivo onera o poder público. A regra não se acomoda às finalidades constitucionais e à função social do sistema de patentes".

A ministra Cármen Lúcia se uniu à corrente aberta pelo relator. Afirmou que, apesar de estar no artigo 5º da Constituição o chamado privilégio temporário, "privilégio já é algo que contraria a ideia republicana". A ministra destacou: "privilégio temporário é para restringir algo que pela sua natureza já demonstra alguma incompatibilidade com o que o ministro Fachin chamou de ciência solidária".

O ministro Ricardo Lewandowski deu o sétimo voto, argumentando que o estudo do Grupo Direito e Pobreza, da USP - que também foi citado pelo relator - não deixa dúvida quanto à "total disfuncionalidade e

Continuação: STF declara inconstitucional trecho da LPI que permite extensão do prazo de patentes

inadequação" do dispositivo questionado. "De fato, ele dificulta a superação da pobreza, o atraso tecnológico do nosso país e não contribui para o desenvolvimento do Brasil, onerando o poder público e o consumidor em favor de empresas multinacionais que aqui obtêm benefícios que não conseguem alcançar nem em seus países de origem nem em outras nações. Salta aos olhos o estabelecimento de um monopólio cuja duração é praticamente indefinida", falou.

O ministro Gilmar Mendes diz que a escolha do legislador de fixar prazo mínimo de dez anos às patentes "não parece consentânea com os postulados da eficiência e economicidade", por isso entendeu ser inconstitucional o parágrafo único do artigo 40. "Independentemente de estar em curso o plano de combate ao backlog, a situação fática pode ser alterada ao longo dos anos, retornando-se à situação fática constatada pelo Tribunal de Contas da União (TCU)", acrescentou.

Extensão é constitucional

O ministro Luís Roberto Barroso abriu a divergência, e destacou que o fato de o **INPI** levar mais de dez anos para analisar um pedido de patente é a distorção a ser corrigida, e não o parágrafo único do artigo 40. O ministro disse que o dispositivo impugnado está em vigor há 25 anos. "O verdadeiro problema está na deficiência do funcionamento do **INPI**. Tudo que estamos discutindo aqui é por conta de o **INPI** levar anos. Se levar menos de dez anos, o dispositivo não tem nenhum sentido."

Barroso também lembrou que, de acordo com informações prestadas pelo **INPI**, o órgão conseguiu reduzir o tempo médio para 7 anos e 9 meses em virtude das diversas medidas voltadas ao enfrentamento do problema, e se o instituto demora menos de dez anos para analisar os pedidos, a extensão não se apli-

ca. "Se o **INPI** conseguir cumprir o que afirma no ofício dirigido ao ministro Dias Toffoli, estamos lidando com um não problema a partir de dezembro. E a situação é menos grave do que se pensa", falou.

O ministro explicou que só existe titularidade da patente após ela ter sido concedida pelo **INPI**. De acordo com Barroso, como não está verificada violação à Constituição, há de haver deferência à opção política feita pelo Legislativo. Ou seja, sem violação presente, a questão é definir se é melhor reduzir o prazo e vender mais barato ou incentivar a pesquisa e ter mais remédios disponíveis no horizonte. "O fato de o Poder Judiciário poder se pronunciar sobre toda e qualquer matéria não significa necessariamente que ele deva fazê-lo. Há matérias em que o Judiciário pode não ser a melhor instância decisória, pelo que se denomina capacidades institucionais."

O presidente Luiz Fux acompanhou a divergência aberta por Barroso, e ponderou que a Constituição assegura a duração razoável dos processos judiciais e administrativos, e que o cidadão não pode ser prejudicado pela demora ou inércia do poder público. "E o que se tem aqui? Está se dizendo que muito embora o Brasil tenha consagrado as patentes, ele não aparelhou o **INPI** para a apreciação de milhares de patentes que tramitam neste órgão público", disse.

Fux ressaltou que é preciso verificar as consequências deste resultado judicial. Ele entende que "a declaração de inconstitucionalidade vai gerar perdas consideráveis sobre titulares e depositários de patentes" e que "contratos que foram firmados com base neste dispositivo serão rompidos, o que leva a quebra de contratos e aumenta o denominado 'risco Brasil'".

"Sei como se sente", diz Barroso a Marco Aurélio sobre voto vencido



Vencedor x Vencido "Sei como se sente", diz Barroso a Marco Aurélio sobre voto vencido O decano Marco Aurélio, em vários julgamentos, fica vencido. Não é raro observar o placar de determinado debate ser 10 a Marco Aurélio. quinta-feira, 6 de maio de 2021

Na tarde desta quinta-feira, 6, Luís Roberto Barroso, do STF, abriu a divergência no julgamento sobre a extensão do prazo de patentes em caso de demora do **INPI** na análise. No caso, o ministro teve conclusão distinta de Toffoli, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que invalidaram a prorrogação do prazo.

Ao final de seu voto, Barroso registrou ser o único voto vencido e divergente, até aquele momento, e brincou:

"Ministro Marco Aurélio, nosso querido decano, eu agora sei bem como V. Exa se sente nessa dissidência minoritária."

O decano, em vários julgamentos, fica vencido. Não é raro observar o placar de determinado debate ser 10 a Marco Aurélio.

Posteriormente, Marco Aurélio votou no caso das patentes no sentido de acompanhar a maioria. O decano finalizou seu entendimento fazendo alusão ao "voto vencido": "talvez eu não mereça a hegemonia de senhor voto vencido".

Por: Redação do Migalhas Atualizado em: 6/5/2021 18:19

Índice remissivo de assuntos

ABPI

5

Marco regulatório | INPI

5, 9, 22, 39, 46, 54, 57

Patentes

5, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 20, 22, 24, 26,
28, 31, 33, 35, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 49, 50,
52

Propriedade Intelectual

5, 16, 18, 20, 26, 28, 31, 35, 37, 44, 52

Inovação

5, 7, 33, 37

Desenho Industrial

7

Direitos Autorais

16

Propriedade Industrial

22

Entidades

29